



OP maranhense:

uma década fazendo
orçamento com a cara
da nossa gente.



SEDIHPOP
SEPLAN

JUNHO 2025 - EDIÇÃO COMEMORATIVA

EXPEDIENTE

Governador do Estado do Maranhão

Carlos Orleans Brandão Júnior

Vice-governador do Estado do Maranhão

Felipe Costa Camarão

Secretária de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

Líli Raquel Silva de Negreiros

Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

Vinícius César Ferro Castro

Secretária-adjunta de Participação Popular - Sedihpop

Mari-Silva Maia da Silva

Secretário-adjunto de Planejamento e Orçamento - Seplan

Roberto Santos Matos

Coordenação Geral da Revista

Pedro Leonardo Aguiar Tavares

Produção Textual

Clélia Renata Serrão Silva

Elen Mateus Junqueira Ayres Gomes

Marina Diniz de Carvalho

Rogério Ferreira Oliveira

Edição e Redação Final

Elen Mateus Junqueira Ayres Gomes

Coleta de Depoimentos

Cristiane Rego Pinheiro

Fabírcia Carvalho da Silva

Rogério Ferreira Oliveira

Apolo Administrativo

Auricélia Repólio dos Anjos

Fotos e Imagens

Arquivo Secom

Arquivo SAPP-Sedihpop

Carlos Eduardo Dutra de Aguiar /

SAPP-Sedihpop

Daniel Sthevam da Conceição Alves /

SAPP-Sedihpop

Manuela da Costa Farias /

ASCOM-Sedihpop

Revisão

Laila Marques Campos

Danielle Moreira de Sousa

Marcos Paulo Albuquerque Santana

Projeto Gráfico

George Emanuel Praciano de Castro

AGRADECIMENTOS

SEPLAN (Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento)

SECOM (Secretaria de Estado da Comunicação Social)

ABRAz (Associação Brasileira de Alzheimer - Regional Maranhão)

Ficha catalográfica

OP MARANHENSE: uma década fazendo orçamento com a cara da nossa gente. Governo do Estado do Maranhão / Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular: São Luís, 2025.

44p: 48 x 33cm

1. Orçamento público 2. Orçamento Participativo 3. Controle social 4. Participação popular



ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
M A R A N H ã O

OP maranhense:
uma década fazendo
orçamento com a cara
da nossa gente.

GOVERNO DO
MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS



É com imensa alegria que apresento a vocês esta edição especial em celebração aos 10 anos do Orçamento Participativo no Maranhão. Este marco histórico na administração pública do nosso Estado simboliza uma conquista que coloca a cidadania e a participação popular no centro das decisões que impactam a vida de cada maranhense. Ao longo de uma década, o OP consolidou-se como um modelo de democracia ativa, valorizando a voz da sociedade na construção de políticas públicas mais justas e inclusivas.

A política municipalista que caracteriza nossa gestão tem sido fundamental para que possamos alcançar cada cidadão e cidadã, onde quer que estejam. Essa visão fortalece os laços entre o Governo do Estado e os municípios, garantindo que as demandas de cada comunidade sejam atendidas com respeito e atenção.

Quero expressar minha sincera gratidão às equipes da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop)

e da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan). A dedicação de cada profissional, assim como o empenho da secretária Lília Raquel e do secretário Vinícius Ferro, foram essenciais para o sucesso e a expansão do OP para as 32 regiões do Maranhão.

Nas páginas a seguir, reunimos os passos dados ao longo dessa trajetória, além das inovações que tornaram o processo mais acessível e representativo.

Ao comemorarmos esta década de sucesso, renovamos o compromisso de ouvir cada voz que contribui para a construção do Maranhão que desejamos. Parabenizo cada pessoa que participou das audiências e votações, as equipes que trabalharam incansavelmente e todos que ajudaram a transformar o OP maranhense em exemplo de gestão participativa. Tudo isso você encontrará nesta edição especial.

Com gratidão e admiração,

Carlos Brandão

Governador do Estado do Maranhão

A todas as pessoas que nos acompanham,

É com enorme satisfação que apresentamos esta edição comemorativa dos 10 anos de Orçamento Participativo no Maranhão. Ao longo dessa década, construímos juntos uma história marcada por avanços e transformações, reafirmando nosso compromisso com a participação popular e o fortalecimento da democracia.

Como secretária de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, tenho o privilégio de acompanhar de perto o empenho dos envolvidos nesse processo. Minha sincera gratidão à equipe da Secretaria Adjunta de Participação Popular e a cada servidor e servidora que, com dedicação e compromisso, ajudam a consolidar o OP. Destaco, ainda, a parceria indispensável da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan), que tem viabilizado importantes inovações.

Celebramos aqui a trajetória de diálogo e escuta ativa do Governo do Estado com a população maranhense. O Maranhão se tornou referência nacional quando o assunto é a participação direta das pessoas no centro das decisões públicas. Juntos, transformamos demandas em ações concretas, dando voz e vez às necessidades de cada comunidade.

Esta é uma ocasião de grande alegria para nós, que buscamos reafirmar nosso compromisso com uma gestão mais inclusiva e próxima das pessoas. Que esta edição especial inspire cada leitor a continuar fazendo parte desta caminhada rumo a um Maranhão mais justo, participativo e acolhedor.

Boa leitura!

Com carinho e dedicação,

Lília Raquel de Negreiros

Secretária de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão





A todos os apoiadores e admiradores do Orçamento Participativo,

Celebramos com grande alegria uma década do Orçamento Participativo, um importante instrumento democrático que promove a participação popular no planejamento público estadual.

Anualmente, percorremos mais de dez mil quilômetros para realizar 32 audiências públicas em todas as regiões do Estado, com o apoio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular. Essa parceria tem sido essencial para a organização e divulgação das audiências, um trabalho bem integrado com a equipe da Seplan.

Como secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, pude testemunhar a esperança e a vontade da população por um futuro melhor para suas regiões e para o Maranhão. Agradeço imensamente

aos servidores da Seplan, ao empenho de todos os envolvidos no projeto e ao acolhimento dos cidadãos maranhenses que participaram de cada audiência. Que o Orçamento Participativo continue impactando positivamente a vida da população, contribuindo para o desenvolvimento do Estado e a melhoria da qualidade de vida.

Com apreço e imensa gratidão,

Vinícius César Ferro Castro

Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento do Maranhão



S U M Á R I O

1. O QUE É ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (OP)?	08
2. PERCURSO DO OP: um giro pelas experiências de OP no Brasil e no mundo	10
3. FUNCIONAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO: o planejamento das despesas públicas	12
4. IMPLANTAÇÃO DO OP NA GESTÃO ESTADUAL A PARTIR DE 2015: breve contexto histórico	14
5. CAMINHOS DO OP NO MARANHÃO: jornada de construção do processo democrático	16
5.1 - Fase inicial: organização do "onde" e "como" fazer o OP	17
5.2 - Desenvolvimento: formalização do OP, parcerias e superação de desafios	23
5.3 - Consolidação: OP integrado ao modelo de governança	30
5.4 - Números da Participação Popular no orçamento público	31
5.5 - Progressos e Avanços do OP no Maranhão - breve resumo	31
6. LINHA DO TEMPO: CONTEXTO MUNDIAL E BRASILEIRO VERSUS OP NO MARANHÃO	32
7. FRUTOS DO OP MARANHENSE - destaques	34
Centro de Referência Especializado de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão (Creaispi)	34
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) - campus São Bento	35
Núcleo da Casa da Mulher Maranhense em Caxias	35
Econúcleos da DPE	36
Centro de Referência da Juventude em Pedreiras	36
Centro de Hemodiálise em Presidente Dutra	37
Cartão Transporte do Programa Travessia	37
Unidade de Tratamento de Queimados (UTQ) em São Luís	37
8. GUIA DE TERMOS	38
9. ANEXOS	39
10. REFERÊNCIAS	42



O QUE É ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (OP)?

O OP E A LUTA COLETIVA POR DIREITOS

"Incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos."

(art.48, §1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar Nº 101/2000)

Toda luta por direitos reflete uma união de interesses e reivindicações de grupos, um esforço coletivo para além de demandas individuais. No Brasil da década de 1970, por exemplo, não poderia ser diferente: em meio ao clima de repressão do regime militar, a mobilização popular transformou as ruas em palco de protestos, dos quais nasceram diversos movimentos sociais, baseados em questões fundamentais como o direito à terra, à moradia, ao trabalho digno, ao exercício da democracia e aos direitos civis e políticos.

Nos anos 80, com o surgimento das comunidades eclesiais de base e a criação das centrais sindicais, o movimento das ruas ganhou força, amplitude e organização. Grupos com demandas específicas uniram suas lutas por um objetivo comum: o fim da ditadura militar.

Essa pressão resultou na elaboração, após amplo debate público, da Constituição Federal de 1988, a 'Constituição cidadã' – uma verdadeira conquista histórica, que incorporou as reivindicações populares e instituiu formas de

participação direta da sociedade nas decisões políticas, como plebiscitos, referendos, entre outros.

Assim criou-se um ambiente propício no país para a concepção do orçamento participativo, com sua primeira aplicação em 1989, na cidade de Porto Alegre – um terreno favorecido principalmente pela criação dos **conselhos de políticas públicas**, que têm como objetivo influenciar a atuação do governo de acordo com as demandas sociais.

Dez anos depois, com a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, a transparência no uso da verba pública passou a ser um valor indiscutível, e a participação popular, algo a ser cada vez mais estimulado, por meio da realização de **audiências públicas** (audiência = ato de ouvir e dar atenção a alguém para atender sua demanda).

A audiência pública, por ser uma forma direta de consulta à sociedade, foi escolhida, desde a primeira experiência de OP, como ferramenta indispensável. Sua forma de realização será detalhada em outra seção mais à frente.

UMA TECNOLOGIA SOCIAL GENUINAMENTE BRASILEIRA

Nascido no Brasil no final da década de 80, o OP é uma verdadeira **tecnologia social** – termo aplicado a produtos, métodos ou práticas que possibilitam o acesso de grupos sociais a meios para encontrar soluções para os problemas que enfrentam. Nada melhor para definir **o ato de ouvir a voz da população sobre onde e como investir o dinheiro público para o bem comum.**



OP E DIREITOS HUMANOS: A REALIZAÇÃO DO DIREITO À PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

De acordo com o artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda pessoa tem o **direito de participar na democracia, podendo ser de forma direta** ou por meio de representantes eleitos.



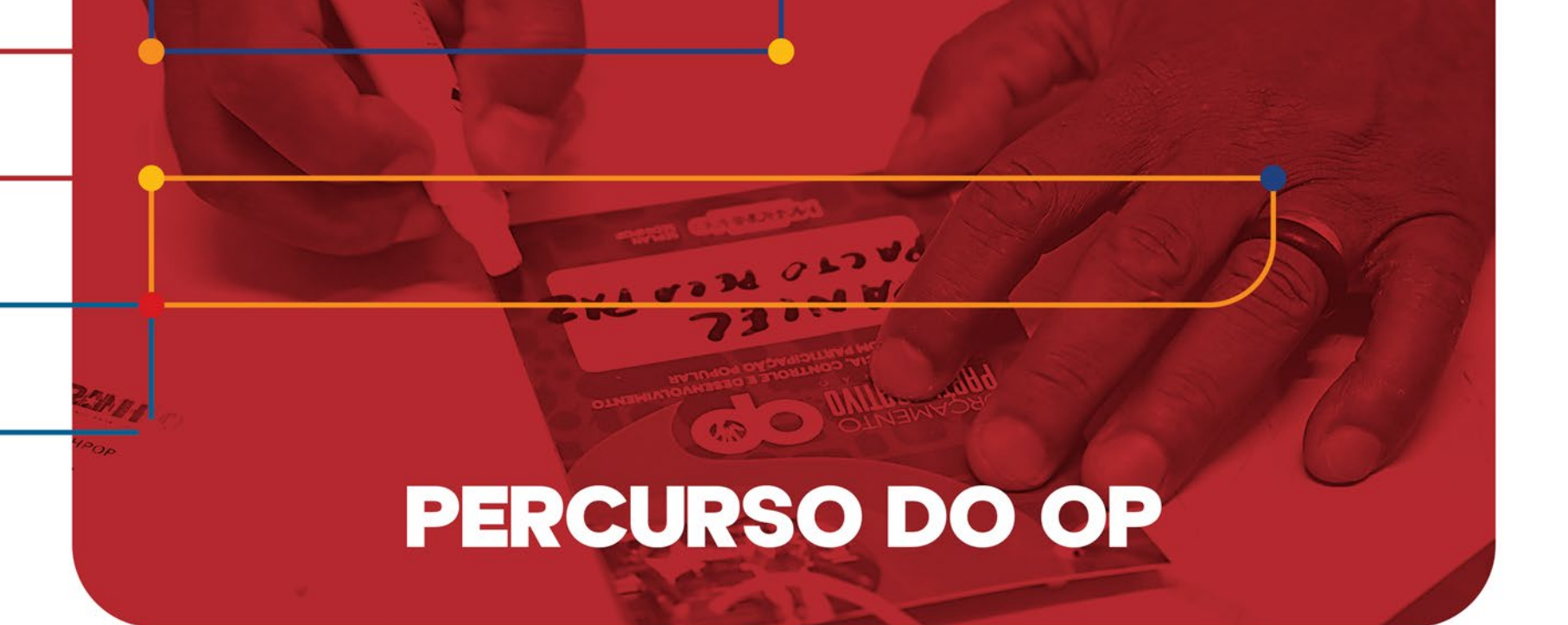
Ao longo dos anos, a prática do OP no Brasil não só estimulou a participação da sociedade, mas fortaleceu a transparência na prestação de contas do poder público. Em cada audiência, a luta por direitos continua, reafirmando que a voz do povo é essencial na construção de um futuro melhor para todos.

MODELO DE ORÇAMENTO PÚBLICO PARA O MUNDO

O OP do Brasil ganhou reconhecimento internacional ao se tornar exemplo de participação direta da sociedade nas decisões de governo. Diversas organizações, incluindo o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU), já destacaram essa iniciativa como um modelo de boas práticas em governança, passando, desde então, a ser replicada em várias cidades ao redor do mundo.

Orçamento Participativo - OP

Processo através do qual a população, de forma direta, decide ou contribui para a decisão sobre o destino de uma parte ou de todos os recursos públicos.



PERCURSO DO OP

UM GIRO PELAS EXPERIÊNCIAS DE OP NO BRASIL E NO MUNDO

O ano era 1989 e a cidade de Porto Alegre (RS) se tornava um marco na história das ações de estímulo à participação popular na definição do orçamento público. Ao realizar a primeira experiência formal de OP no país, a capital gaúcha lançava as bases para um movimento que iria reverberar não só em todo o Brasil, mas no mundo.

EXPANSÃO DO OP

Embora fosse orientada para demandas locais, a experiência municipal porto-alegrense inspirou uma série de iniciativas que culminaram na expansão do OP em três momentos distintos:

FASE EXPERIMENTAL

1989-1997

Aplicação tímida do OP em algumas cidades



CONSOLIDAÇÃO

1997-2000

OP presente em mais de 130 municípios



EXPANSÃO

2000 EM DIANTE

OP do Brasil inspira primeira iniciativa europeia em Lisboa - Portugal

DESAFIOS GLOBAIS

Ao romper as fronteiras nacionais, o OP passou a ser adotado em todos os continentes, especialmente nos países em desenvolvimento. Mapear as experiências existentes no mundo tornou-se um verdadeiro desafio.

Diante de cenários alarmantes recentes – como a pandemia de Covid-19 e a ascensão de governos populistas e conservadores na Europa e América Latina – a maioria das iniciativas foi encerrada e a difusão do OP, prejudicada. De acordo com informações publicadas no Jornal do Comércio do dia 14/12/2021, durante a crise sanitária, a quantidade de experiências suspensas foi maior do que aquelas que se mantiveram ou que surgiram nesse período.

NA CONTRAMÃO DAS ADVERSIDADES

Mesmo nesse contexto desafiador, o Brasil conseguiu manter-se líder na promoção do OP. Embora a maioria dos casos ainda sejam municipais, alguns estados do Nordeste vêm mostrando um caminho alternativo, como o Maranhão, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Bahia.

O Maranhão, em particular, é exemplar: além de prever a participação direta dos maranhenses em **todas** as etapas de construção do orçamento (ou seja, na elaboração dos três Projetos de Lei que definem o investimento do dinheiro público, os quais serão explicados na seção a seguir), também se destaca pela **continuidade** da ação.



Ao completar em breve seu terceiro ciclo (2023-2026), o OP maranhense atingirá a marca histórica de 12 anos, provando assim que, mesmo diante de eventuais mudanças, a voz do povo continuará a ecoar nas decisões do Estado.

SABIA QUE...?

O OP é uma tecnologia social que surgiu no Brasil na década de oitenta e atualmente está presente nos cinco continentes do planeta?

Apesar desta expansão por todo o globo terrestre, a maioria das experiências de OP ainda são municipais!

FUNCIONAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

O PLANEJAMENTO DAS DESPESAS PÚBLICAS

AFINAL, O QUE É ORÇAMENTO PÚBLICO?

É o planejamento de como os recursos arrecadados pelo Governo serão utilizados para garantir serviços essenciais à sociedade, como saúde, educação, segurança e infraestrutura, entre outros.



COMO O GOVERNO ORGANIZA, ENTÃO, O USO DOS RECURSOS?

Através de três instrumentos definidos pela Constituição Federal:

1.

PLANO PLURIANUAL (PPA)

- Define o que o Governo pretende realizar em **quatro anos**, tempo de um mandato de um prefeito, governador ou presidente.
- **Elaborado no início** da gestão, tem validade até o primeiro ano do próximo mandato, sendo revisado anualmente.
- Deve ser enviado até 31 de agosto para a Assembleia Legislativa.

2.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

- Funciona como um **roteiro** que orienta a elaboração do orçamento do ano seguinte (a LOA).
- Aponta as **prioridades** para o período (demandas de investimento mais urgente) e estabelece as **regras** para uso eficiente dos recursos.
- Precisa ser enviada todo ano à Assembleia Legislativa, até o dia 15 de abril.

3.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

- Detalha como o governo vai **aplicar os recursos** no ano seguinte, especificando **quantias para cada área** (por exemplo, valores de manutenção de hospitais ou obras de pavimentação).
- Mostra também quanto o Governo espera **arrecadar** no período.
- Deve ser enviada anualmente até 31 de agosto para ser analisada e aprovada pelo Legislativo.

Esses instrumentos formam a base do '**Ciclo Orçamentário**' – um conjunto de etapas que ocorrem de forma contínua, dentro de um ano, no processo de planejamento das ações, execução das obras/serviços e acompanhamento dos investimentos.

COMO ACONTECE ESSE CICLO NA PRÁTICA?

O processo é composto pelas seguintes etapas:



1. ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO – Nesta primeira etapa, o governo prepara o orçamento do ano seguinte, definindo quanto e onde deve ser gasto o recurso (despesas), com base na previsão do valor total que pretende arrecadar (receita).

2. APRECIÇÃO LEGISLATIVA/ APROVAÇÃO – Depois, a proposta é enviada para os deputados estaduais, que vão analisar, discutir e votar, podendo sugerir ajustes ou aprovar tudo.

3. EXECUÇÃO – Nessa fase, o Governo coloca o que foi planejado em prática (usa os recursos), seguindo três estágios de despesa:

- **Empenho (autorização):** o Governo se compromete a pagar por um serviço ou compra, autorizando o investimento.
- **Liquidação (confirmação da execução):** o Governo confirma se o serviço foi prestado ou o produto entregue, antes de realizar o pagamento.
- **Pagamento:** o Governo paga o fornecedor ou prestador de serviço.

4. CONTROLE E AVALIAÇÃO – Por fim, é verificado se tudo foi feito corretamente, conforme as leis (se o dinheiro foi arrecadado e gasto corretamente, se os responsáveis pelas finanças públicas estão cumprindo suas funções e se os objetivos da compra ou contratação foram alcançados).

✓ O poder Executivo (Governo) coordena e elabora

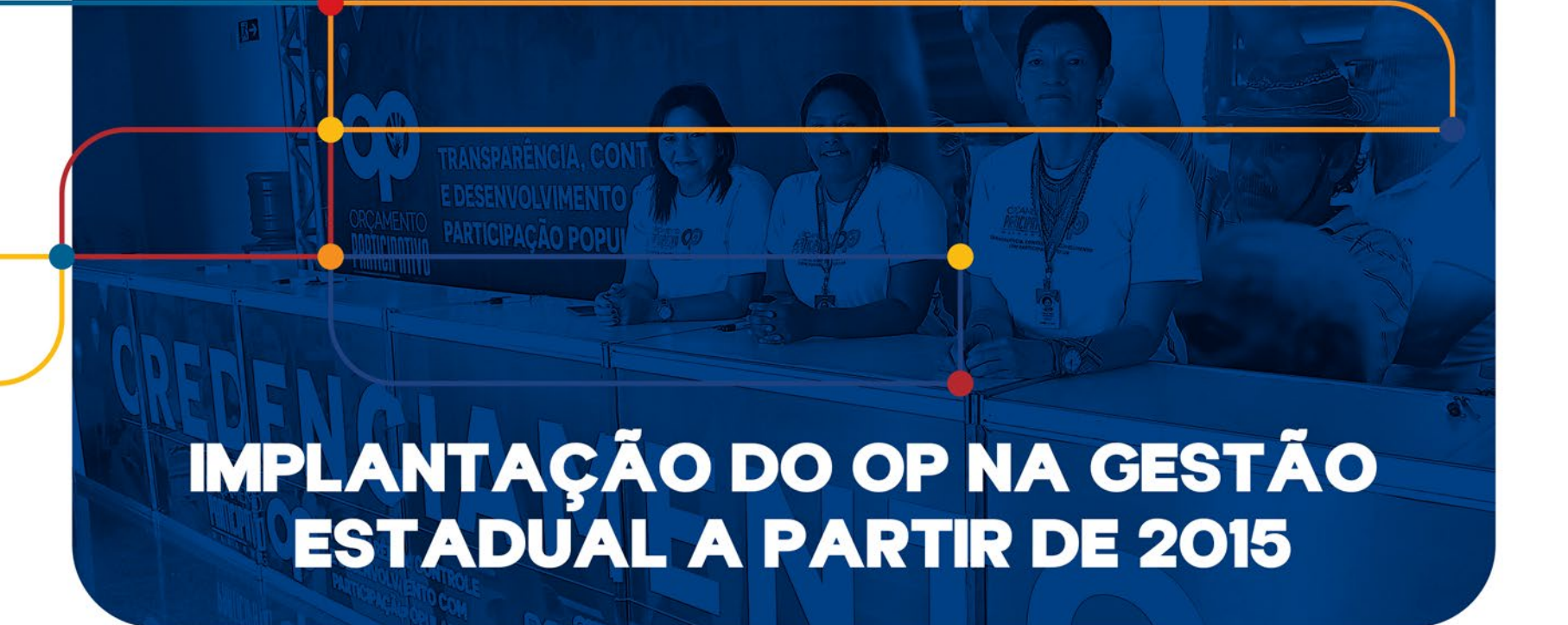
✓ A população participa

✓ O poder Legislativo (assembleia dos deputados estaduais) aprova

✓ O Executivo implementa / coloca em prática

✓ A sociedade e os Órgãos de Controle fiscalizam





IMPLANTAÇÃO DO OP NA GESTÃO ESTADUAL A PARTIR DE 2015

PARTICIPAÇÃO POPULAR, UMA ALIADA DOS DIREITOS HUMANOS

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Embora haja relatos de tentativas isoladas de OP em alguns municípios antes da experiência estadual – casos em São Luís, Viana, Alcântara e Imperatriz – e de encontros regionais iniciados durante o governo de Jackson Lago (2007-2009), pode-se afirmar que o **OP no Maranhão começou de forma consistente**, de fato, somente **a partir de 2015**, com a criação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop).

Inspirada na experiência do estado do Rio Grande do Sul e atenta à política de participação então vigente em nível federal, a Sedihpop adotou o termo **'participação popular' como um destaque em sua estrutura**, resultando na criação da Secretaria Adjunta de Participação Popular (SAPP) – setor responsável por estimular a participação da população maranhense nas ações do Governo, composto por três superintendências: Participação Popular, Orçamento Participativo e Participação Digital.

Integrada à dinâmica geral da Sedihpop, a equipe da SAPP passou a contribuir, desde o início, em ações específicas da Secretaria Adjunta de Direitos Humanos (SADH), compreendendo que **a defesa e promoção de direitos humanos são potencializadas com o incentivo à participação popular**. Isso ocorre porque, ao tomar consciência de seus direitos fundamentais, o povo passa a exigir uma postura responsável do governo em suas decisões.

Essa configuração, que vincula a participação popular aos direitos

humanos, deu origem, de imediato, a mecanismos importantes para o exercício da democracia, como as Mesas de Diálogos com movimentos sociais, a Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), a Ouvidoria de Direitos Humanos, Juventude e Igualdade Racial e o Fórum Interconselhos. Além disso, a realização de conferências estaduais logo no início aproximou a sociedade civil do debate sobre controle social, um processo pelo qual a sociedade acompanha as ações do Estado, a fim de que ele cumpra seu papel na garantia dos direitos.

Esse é o desenho institucional que possibilita a construção e a implantação do OP maranhense, que será apresentado em detalhes na próxima seção.



DESAFIOS PARA CONSOLIDAÇÃO DO OP NO MARANHÃO

No ano seguinte ao seu surgimento, em 2016, o OP maranhense enfrentou seu primeiro grande desafio: **a crise no governo federal**, que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, substituída pelo vice-presidente Michel Temer. Durante seu governo (2016-2018), Temer interrompeu o trabalho desenvolvido pela gestão anterior.

Assim, esse evento político exigiu que a equipe de governo realizasse ajustes para continuar suas atividades, especialmente na **manutenção da Plataforma Digital de Participação Popular - Participa MA**, que dependia de suporte técnico e hospedagem no servidor mantido pelo Participa.BR (portal nacional que foi desativado). O destino do Participa MA poderia impactar a realização da votação online de prioridades para a LOA, etapa vital do OP, que, em sua primeira edição (2015), registrou a participação de mais de 23 mil maranhenses (as etapas do OP serão detalhadas na próxima seção).

Diante desse cenário, foram tomadas as seguintes medidas urgentes:

- Parceria com a então Secretaria Adjunta de Tecnologia da Informação (Seati), atualmente Agência de Tecnologia da Informação (ATI), para migração da base de dados da plataforma para servidor local



e desenvolvimento de sistema próprio de votação digital, específico para o OP;

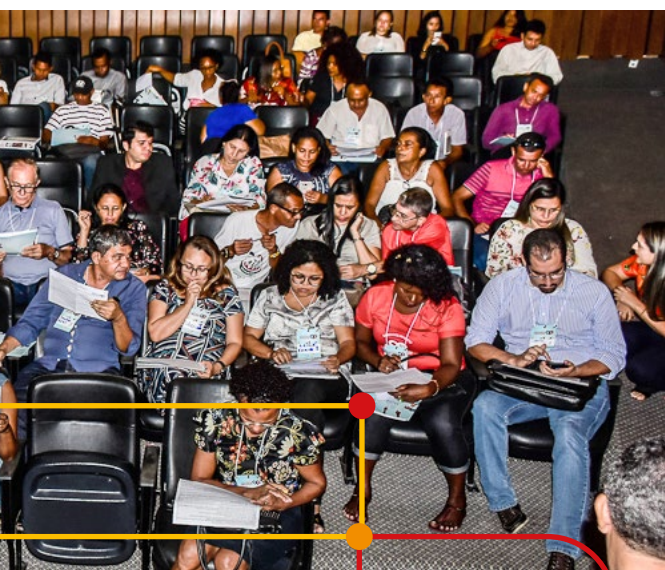
- Parceria com redes colaborativas de Software Livre de diversos estados (Bahia, São Paulo, Brasília, Espírito Santo etc) para consultoria e capacitação da equipe, a fim de conquistar autonomia na construção dos ambientes virtuais de participação digital.

Mas os desafios não pararam por aí: em 2019, a extinção de conselhos de direitos e políticas públicas, promovida pelo governo de Jair Bolsonaro (Decreto nº 9.759), criou um ambiente desfavorável para a democracia participativa.

Mesmo assim, o Maranhão resistiu e seguiu não só realizando o OP, mas avaliando e ajustando constantemente o processo, visando melhorar os meios de participação. A parceria da Sedihpop com a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan) na coordenação do OP, juntamente com o apoio de várias instituições, organizações civis e movimentos sociais, ajudou a consolidar essa ação que, em 2025, completa 10 anos de existência – tempo em que se tornou referência para quem busca compreender e estudar políticas de participação no Brasil e no mundo.

SABIA QUE...?

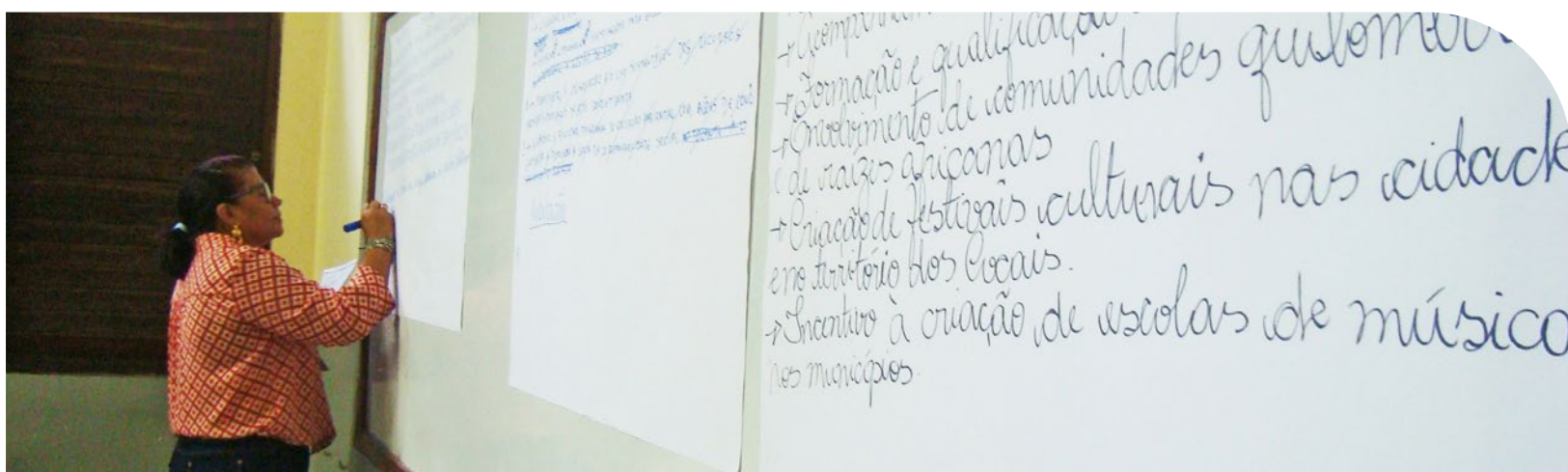
Nos 10 anos do OP Maranhense a população priorizou 994 propostas durante as audiências públicas.





CAMINHOS DO OP NO MARANHÃO

JORNADA DE CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO



A manhã do dia 15 de junho de 2015 inaugurou um marco importante para os maranhenses. Nesse dia, mais de 300 pessoas de duas regiões do estado participaram das primeiras audiências públicas do OP, nas cidades de Caxias e Imperatriz. Surgia, assim, um novo horizonte para o exercício da democracia no Maranhão, tão bem-vindo quanto encontrar uma clareira após atravessar uma mata fechada. A construção desse processo de

escuta das demandas populares, no entanto, já apresentava um grande desafio desde o início: a vasta extensão territorial do Maranhão, o segundo maior estado do Nordeste. Por isso, foi necessário adotar uma referência de divisão regional do estado para organizar o trabalho das equipes de governo. Esse esforço seria coordenado pela Sedihpop, com foco nos Direitos Humanos, e pela Seplan, responsável pela organização do orçamento estadual.



FASE INICIAL: ORGANIZAÇÃO DO "ONDE" E "COMO" FAZER O OP



Inicialmente o modelo adotado foi o programa "Territórios da Cidadania", do então Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, que buscava promover o desenvolvimento em regiões mais vulneráveis e carentes. Nesse contexto, adotou-se primeiramente o nome Escutas Territoriais para definir as audiências do OP (que registraram em seu primeiro ciclo de realização, 2015 a 2018, a presença de mais de 9 mil participantes em 61 eventos).

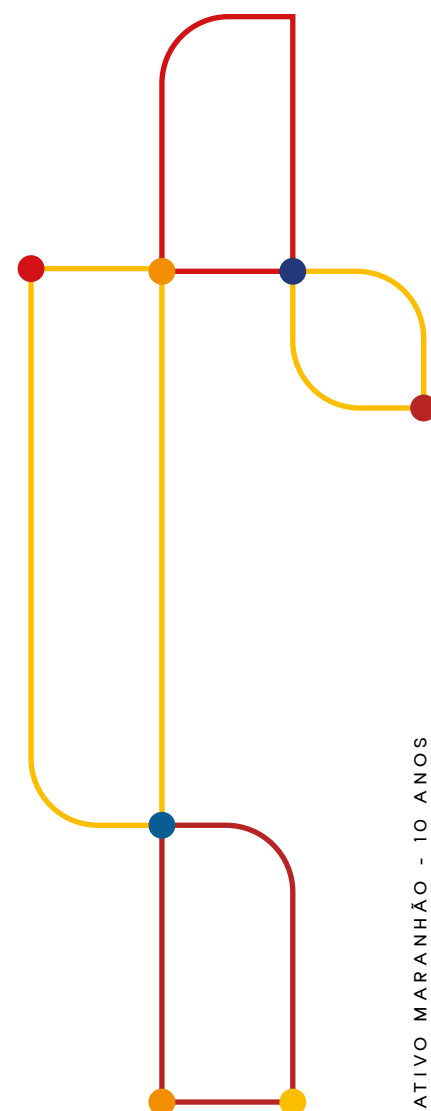
O próximo passo foi envolver diferentes setores da sociedade e do poder público no processo, a fim de garantir um debate inclusivo na construção das propostas populares. Assim, duas capacitações foram organizadas: uma para as assessorias de planejamento das secretarias estaduais e outra para as lideranças comunitárias de todo o estado. Durante esses encontros, os participantes contribuíram com a formulação da metodologia do OP, envolvimento crucial para assegurar a participação nas Escutas de 2015.

Na busca de como fazer o OP de

maneira estruturada e planejada, definiu-se sua execução em três etapas principais:

- 1. Audiências públicas:** deslocamento das equipes de governo às regiões para ouvir e registrar as demandas da população.
- 2. Votação de prioridades para o Orçamento Anual:** escolha, entre as propostas indicadas nas audiências, das que a população considera mais urgentes.
- 3. Devolutivas:** retorno à população com informações sobre o andamento das obras ou serviços priorizados na votação.

Compreende-se, desde o início, que essas etapas devem ser precedidas pela mobilização da sociedade civil e do setor público para garantir ampla participação durante todo o processo. A **mobilização** consiste no convite a representantes dessas esferas, que atuam nas diversas regiões do estado, para integrarem o OP. Os convites são realizados por meio de mensagens oficiais, campanhas em mídias digitais e encontros presenciais ou





Audiência pública, dimensão prática da democracia participativa

A audiência pública é uma expressão concreta da democracia participativa, um espaço oficial onde a população tem a oportunidade de influenciar diretamente as decisões. Suas principais características incluem:

- **Inclusão e acessibilidade:** qualquer pessoa interessada pode participar.
- **Diálogo coletivo:** promove debates entre diferentes grupos sociais, resultando em propostas mais representativas.
- **Influência na decisão:** os resultados das audiências orientam decisões sobre leis, ações governamentais ou planos de desenvolvimento.
- **Transparência:** as propostas são elaboradas, discutidas e apresentadas publicamente, facilitando o acompanhamento posterior de sua execução.

Essa etapa presencial de levantamento de demandas é

virtuais. Durante as reuniões, são apresentados o cronograma, a programação e a metodologia das audiências e da votação, para que esses representantes disseminem as informações em seus municípios.

As audiências do OP, de forma geral, reúnem participantes de conselhos, organizações religiosas, sindicatos, universidades, fóruns, associações e uniões de moradores, além de representantes do executivo e legislativo municipal e de outras instituições locais. Essa pluralidade confere legitimidade às decisões e promove o compartilhamento de responsabilidades na administração do dinheiro público.





essencial para o sucesso do OP como uma forma de democracia participativa, colocando o cidadão no centro e no momento das decisões. Contudo, apesar de sua importância, as audiências apresentam limitações, como a necessidade de deslocamento físico, custos com transporte, alimentação e disponibilidade de tempo. Para superar essas barreiras, a internet e a tecnologia foram integradas como ferramentas para ampliar a participação.

concebida desde o início a criação de uma plataforma digital. Essa plataforma deveria ser um ambiente capaz de conectar pessoas com interesses comuns, promovendo a colaboração na tomada de decisões coletivas por meio de votações, consultas públicas, campanhas de conscientização e fóruns temáticos.

Para a criação da **Plataforma Digital de Participação Popular do Maranhão - Participa MA**, foram realizadas pesquisas sobre a relação entre participação popular, movimentos sociais, governo eletrônico e mídias digitais, além de um levantamento de experiências similares, com o intuito de identificar referências que pudessem servir de inspiração - o que resultou na



Votação Digital do OP: ampliando a Participação Popular

Com o objetivo de aumentar o alcance da participação da população maranhense, tanto durante a realização do OP quanto em outros momentos, foi

realização do Workshop "Tecnologias digitais e participação popular", que trouxe exemplos de iniciativas da sociedade civil situadas em vários municípios brasileiros.

Como resultado, o Maranhão foi incluído na **Rede Nacional de Participação Social**, que envolvia



movimentos e organizações sociais, além de órgãos federais com projetos voltados à Participação e Controle Social.

Lançado em julho de 2015, fruto de uma parceria entre o Governo do Maranhão (Sedihpop) e Governo Federal (Secretaria-Geral da Presidência), o Participa MA foi hospedado inicialmente no servidor e ambiente de navegação do **Participa BR**, portal nacional em operação na época. Assim, a plataforma maranhense utilizou os recursos e funcionalidades desenvolvidos em Software Livre pela equipe do Participa BR, aplicados já na primeira consulta pública e na cobertura de oito Conferências Estaduais e do 1º Encontro Interconselhos.

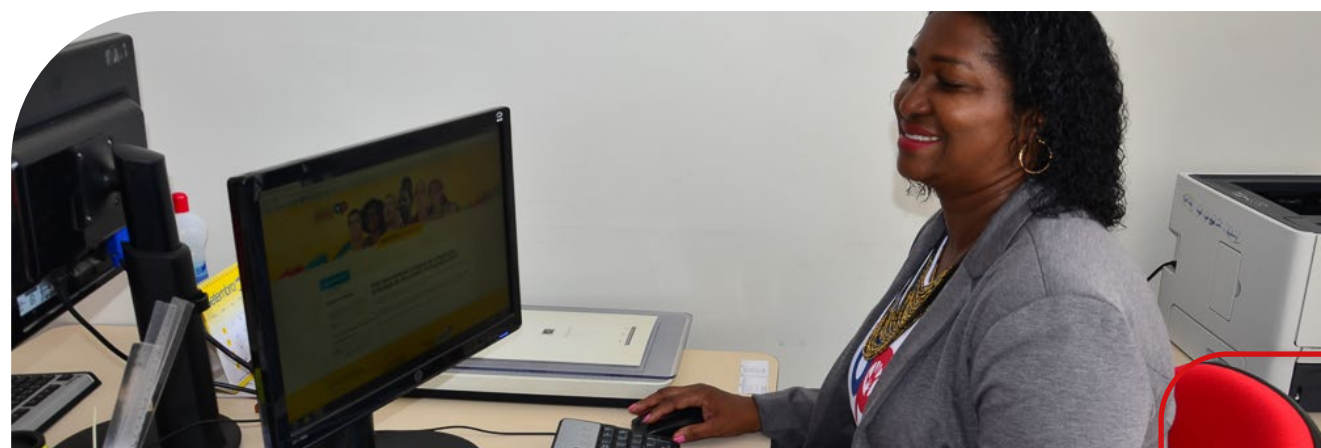


um ambiente digital exclusivo, integrado depois ao Participa MA. Esse ambiente permitia que os cidadãos votassem apenas nas propostas de sua região, enquanto acessavam informações gerais sobre o processo em outras regiões.

A primeira votação online do OP no Maranhão aconteceu entre 27 de julho e 07 de agosto de 2015, marcando a ação de maior impacto inicial do Participa MA. Nessa ocasião, 23.006 pessoas participaram da eleição de 17 prioridades para o orçamento do ano seguinte. Esse número foi expressivo, especialmente considerando os desafios de inclusão digital enfrentados pelo estado à época – os quais seriam posteriormente abordados em programas governamentais.

Assim, logo no primeiro ano de realização do OP, ficou evidente a eficácia da ação em meio digital. Enquanto as Escutas Territoriais reuniram presencialmente mais de 3 mil pessoas, a votação online alcançou mais de 23 mil participantes – aumento superior a 640% na participação dos maranhenses.

Já para a **votação digital do OP**, a parceria com a então Secretaria Adjunta de Tecnologia da Informação - **Seati** (hoje Agência de Tecnologia da Informação - ATI) foi essencial. Sob o planejamento da SAPP/Sedihpop, a Seati desenvolveu



OP maranhense na prática: breve descrição das etapas

AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Momento de debate coletivo, em encontro presencial, para elaboração das propostas populares.
- Os participantes recebem informações sobre a composição do orçamento público (apresentação da Seplan) e a importância da participação popular nesse processo (Sedihpop), além de um panorama socioeconômico da região e devolutiva sobre o que foi votado no ano anterior.
- Em seguida organizam-se em Grupos de Trabalho a partir de Eixos Temáticos (Ex: infraestrutura e urbanismo, direitos humanos e justiça social, trabalho e geração de renda etc).
- No primeiro ano de gestão, são elaboradas as propostas para o Plano Plurianual (PPA). Nos anos seguintes, o PPA é revisitado para escolha das prioridades do orçamento.
- O evento obedece à seguinte estrutura:
 - a. Em ano de elaboração do PPA: credenciamento dos participantes nos Eixos Temáticos; mesa solene de abertura seguida de apresentação didática das informações; trabalhos em grupo; plenária final de exposição das propostas dos grupos (que irão compor o PPA); por fim, eleição das que irão para votação de prioridades por região na plataforma Participa MA.
 - b. Nos anos posteriores: credenciamento dos participantes; mesa de abertura seguida de apresentação didática das informações; plenária de exposição das propostas do PPA e eleição das que irão para votação no Participa MA.

VOTAÇÃO DE PRIORIDADES PARA A LOA

- Todos os anos, as propostas indicadas nas plenárias finais das audiências são disponibilizadas para votação online no Participa MA (participa.ma.gov.br) e as mais votadas são incluídas na LOA do ano seguinte.

DEVOLUTIVAS DO OP POR REGIÃO

- Um tipo de "prestação de contas" do governo à sociedade, uma resposta ao público durante as audiências informando quais investimentos foram ou estão sendo realizados na região.

Como as propostas populares entram no Orçamento?

Após a realização das audiências e votação, a Seplan classifica as propostas para integrá-las ao Orçamento do ano seguinte (LOA) e encaminha o projeto de Lei para aprovação da Assembleia Legislativa (Alema).

Essa classificação, essencial para que os órgãos do Governo possam analisar e atender às demandas, é feita com base na identificação das propostas por:



Uma vez traçado o caminho para "localizar" a demanda, é criada então a Subação, uma unidade específica de gasto. É na subação que o orçamento é alocado, permitindo assim a execução da despesa pelo órgão responsável.

Exemplo de Classificação De Demanda

- Proposta popular indicada na audiência do OP:

DATA	REGIÃO	MUNICÍPIO	DEMANDA ELEITA NO PARTICIPA MA
18/06/2024	SERTÃO DO MARANHÃO	SÃO JOÃO DOS PATOS	INVESTIR NA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO, AMPLIANDO A COLETA E O TRATAMENTO DE ESGOTO URBANO E RURAL.

- Classificação da demanda:



GOVERNO DO ESTADO
DO MARANHÃO

Órgão Executor: Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID)

Programa: 0586 – Desenvolvimento Urbano e Regional

Ação: 3320 – Saneamento Básico Urbano

Subação 26845: OP/2024 – IMPLANTAÇÃO – SES URBANO

Sigla: OP2024IMPLANTSANEAMENTOURBANO

Finalidade: Pagamento de despesas referentes a execução de demanda eleita pela população no âmbito do Orçamento Participativo de 2024, voltada para o investimento na universalização do saneamento, ampliando a coleta e o tratamento de esgoto urbano.

Valor alocado inicialmente: R\$100.000,00.

Além da classificação da demanda, cabe também à Seplan manter o contato com os órgãos responsáveis pela execução e monitoramento dos projetos em andamento.



O Ciclo anual do OP Maranhense

Com a definição dos municípios aptos a sediar as audiências – conforme sua centralidade e infraestrutura – bem como da identidade visual, do calendário para execução de cada etapa, das principais parcerias institucionais e da logística necessária, foi possível estabelecer, desde o início, a seguinte agenda para realização anual do OP no Maranhão:

PERÍODO DO ANO	ATIVIDADE
JANEIRO - MARÇO	ELABORAÇÃO DO PROJETO
ABRIL - MAIO	MOBILIZAÇÃO, LOGÍSTICA, TRATATIVAS INSTITUCIONAIS
MAIO/JUNHO/JULHO	REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS E DEVOLUTIVAS
JUNHO/JULHO/AGOSTO	VOTAÇÃO DE PRIORIDADES PARA LOA E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO
SETEMBRO - DEZEMBRO	MONITORAMENTO DAS OBRAS, REUNIÕES, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

DESENVOLVIMENTO: FORMALIZAÇÃO DO OP, PARCERIAS E SUPERAÇÃO DE DESAFIOS

Após as primeiras audiências do OP (então chamadas Escutas Territoriais), tornou-se evidente a necessidade de um mecanismo para garantir o tratamento e acompanhamento adequado das demandas populares, bem como sua execução. Para atender a essa necessidade, foi criada a **Comissão Permanente do Orçamento Participativo (COP)**, por meio do Decreto Estadual Nº 31.519, de 29 de fevereiro de 2016.

O núcleo da COP é composto por seis secretarias estaduais:

1. Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), que coordena a Comissão;
2. Planejamento e Orçamento (Seplan);
3. Saúde (SES);
4. Educação (Seduc);
5. Infraestrutura (Sinfra);
6. Desenvolvimento Social (Sedes).

VOCÊ SABIA...?

Considerando as diversas regionalizações existentes nos estados do Nordeste, o Maranhão é o segundo em extensão geográfica e o quarto em número de habitantes e de municípios.



**"Art. 2º - A
Comissão (...)
possui a função de
garantir processos
de consolidação das
propostas definidas
pela população
para o orçamento
participativo,
integrando as
competências dos
diversos órgãos.
(Decreto de
criação da COP -
31.519/2016)"**

Com a continuidade do OP ao longo dos anos, a população passou a indicar demandas prioritárias em áreas diversas, como saneamento, moradia, cultura, esporte, trabalho e renda. Em razão disso, outros órgãos foram integrados à COP, ampliando sua composição para garantir a **intersectorialidade** das propostas populares no orçamento público.

A intersectorialidade significa considerar as demandas de forma integrada, contemplando diferentes aspectos. Por exemplo, o planejamento da construção de uma escola não se restringe à área da Educação, mas também abrange questões de Segurança Pública e Mobilidade Urbana.

A partir da atuação da Comissão, o OP ganhou maior proximidade com diversos setores do governo e outras organizações, resultando em um planejamento mais seguro e colaborativo para cada etapa. Dessa interação, surgiram parcerias fundamentais, como as das secretarias estaduais de Comunicação Social (Secom), Articulação Política (Secap) e Transparência e Controle (STC). O que inicialmente se configurava como apoio e cooperação evoluiu para uma contribuição indispensável ao sucesso da ação.

Outro destaque foram os esforços conjuntos para garantir que a população tivesse acesso à votação online, superando desafios de inclusão digital no estado. Por meio da oferta de laboratórios de informática, terminais de atendimento e estações com acesso à internet, os espaços das instituições parceiras se

transformaram em pontos de votação do OP.

Nos dois primeiros anos, 585 pontos de votação foram amplamente divulgados em todo o Maranhão, com cada parceiro disponibilizando funcionários capacitados para orientar o público, com base em um manual elaborado pela SAPP/ Sedihpop. Os principais pontos de votação no biênio 2015-2016 incluíram:

- Secretarias de Estado da Educação (Seduc, através das Unidades Regionais de Educação - UREs), do Trabalho e Economia Solidária (Setres), Extraordinária da Juventude (Seejuv);
- Universidades Federal e Estadual (Ufma e Uema);
- Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran);
- Viva Cidadão/ Programa de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon;
- Agências estaduais de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Agerp) e de Defesa Agropecuária (Aged);
- Instituto Federal do Maranhão (Ifma);
- Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão (Fetaema).

Apesar do papel fundamental dessa rede na votação de 2016 - e da contribuição da Seati (atual ATI), que desenvolveu um aplicativo para celulares - ainda havia desafios significativos a serem superados para ampliar a participação popular, tais como:

- Conectividade reduzida em muitos municípios devido à baixa disponibilidade de serviços de

- internet e grande distância das torres de transmissão;
- Convencer as pessoas que estavam nos locais parceiros para outros atendimentos a reservarem uns minutos para participar da votação;
- Resistência da maioria das pessoas em fornecer dados para o cadastro no sistema de votação, como CPF e telefone, necessários para confirmar a identidade;
- Exclusão digital – muitas pessoas não possuíam e-mail, principal ferramenta usada na época para autenticação segura de cadastros online;

- Desconhecimento sobre o OP e a importância da participação nas decisões sobre o uso da verba pública.

Com base nessa análise, iniciou-se um processo criativo de busca de soluções para realização do OP em 2017. Esse esforço se intensificou após 2018, com o surgimento de adversidades inesperadas, como o governo de Jair Bolsonaro na presidência, que desmontou as políticas de Participação e Controle Social, e a pandemia de COVID-19.

Superando desafios: alternativas inovadoras para realização do OP

1º Desafio: Ampliar a votação presencial em um estado de grande extensão territorial

Com uma área de quase 332 mil km², o Maranhão possui desafios logísticos significativos para ampliar o alcance da votação, especialmente em zonas rurais com dificuldades de acesso à internet. Inicialmente, avaliou-se a possibilidade de imprimir cédulas com as propostas específicas de cada região e de estabelecer um convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Essa parceria permitiria a distribuição de cédulas diretamente aos domicílios e sua disponibilização em agências para o público.

O formato escolhido foi o **cartão-resposta**, que possibilita a coleta de informações sem custos para os respondentes. O governo assumiu a responsabilidade pelo design do cartão, pela postagem e pelo retorno das respostas. Para garantir a regionalização da votação, foram criados modelos específicos de

cédulas com as propostas de cada área. Os malotes individuais foram enviados para os municípios, assegurando que os moradores votassem apenas nas propostas debatidas em suas audiências regionais.

A imagem mostra a interface da plataforma **PARTICIPA MA** (Plataforma Digital de Participação Popular) e um modelo de **Cartão-Resposta** para a votação do Orçamento Participativo 2019 em São Luís - Região Metropolitana.

PARTICIPA MA - PLATAFORMA DIGITAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

O que é o Participa MA?

Uma plataforma de referência na Internet para participação dos maranhenses em:

- Decisões e acompanhamento do Orçamento Participativo
- Discussões sobre os Conselhos Setoriais e de Direitos, Conferências e demais formas de participação
- Espaços de consultas públicas e controle social
- Proposição de debates ligados à gestão pública

Crie agora seu perfil e comece a participar! Acesse: participa.ma.gov.br

VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2019
SÃO LUÍS - REGIÃO METROPOLITANA

1. Criação da coordenadoria de Políticas Públicas sobre drogas no Estado do Maranhão com oferta de vagas no tratamento à dependência química, ampliando investimentos no setor das comunidades terapêuticas;

2. Fortalecer as lideranças locais de forma direta com conhecimento de dados das ações e investimentos governamentais e promover a participação dessas lideranças no processo de formulação dessas políticas públicas;

3. Executar Planos Estaduais e Municipais de Resíduos Sólidos, em regime de parceria com os municípios, estimulando a criação de consórcios intermunicipais para a seleção, coleta, reciclagem, redução de resíduos sólidos, reutilização e destinação ambiental adequada dos rejeitos, com associativismo e o cooperativismo para estimular as cadeias produtivas entre o eixo metropolitano, incluindo a Rota da Juçara e a Usina de Reciclagem;

4. Recuperação e drenagem da Estrada da Vitória, ligando a mesma com o Mirtilus e Avenida General Arthur Carvalho Interligando desta forma, os municípios de Paço do Lumiar, São José de Ribamar e São Luís com a implantação de 01 Terminal de Integração em Paço do Lumiar (Malobão), integrando as comunidades adjacentes e incluindo a Região Metropolitana com a construção do Plano Integrado de Mobilidade Urbana.

Nome: _____ Município: _____
 Telefone: _____ Data: _____ Assinatura: _____

O Governo do Maranhão convida você a participar da Votação do Orçamento Participativo Estadual, no período de 26 de maio a 15 de julho de 2019.

O Orçamento Participativo (OP) é um instrumento pelo qual a população decide sobre o uso em obras e serviços dos recursos públicos.

Foram definidas pela Comissão de Planejamento da Região Metropolitana de São Luís, no dia 11 de maio de 2019, as áreas de votação e os municípios: São Luís, Raposa e Ribeirão. Você deve votar apenas em 01 (uma) das propostas para o seu município.

Cartão-resposta na forma de você! Se votar pela Internet e pelo OP.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2019 - SÃO LUÍS - REGIÃO METROPOLITANA

SÃO LUÍS
Vote agora e decida o melhor para sua região!

secap seplan SEDIHPOP GOVERNO DO MARANHÃO

Cartão Resposta
VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2019 - SÃO LUÍS - REGIÃO METROPOLITANA

CARTÃO-RESPOSTA É NECESSÁRIO SELAR

O SELO SERÁ PAGO POR SEDIHPOP MARANHÃO

AC CENTRAL DE SÃO LUÍS
65010-970 SÃO LUÍS-MA



Além disso, o governo aproveitou eventos institucionais para disponibilizar urnas e cédulas, incentivando o público presente a participar da votação. Essa estratégia pioneira, implementada entre 2017 e 2019, foi um sucesso, com quase 111 mil maranhenses votando no período.

2º Desafio: Informar a sociedade sobre a composição do orçamento e a importância da participação popular

Em abril de 2019, a Sedihpop e a Seplan promoveram uma formação em educação fiscal e orçamento público, reunindo conselheiros estaduais de direitos e políticas públicas, lideranças sociais, representantes municipais do poder público, organizações da sociedade civil e órgãos estaduais.

O curso "Orçamento Participativo e Controle Social" capacitou os participantes sobre o processo de construção do orçamento público e reforçou a atuação dos Conselhos Estaduais na formulação do PPA e OP. O evento contou com parceiros como:

- Controladoria Geral da União - CGU
- Defensoria Públicas Estadual - DPE
- Secretarias estaduais de Transparência e Controle (STC) e da Fazenda (Sefaz)
- Tribunal de Contas do Estado - TCE
- Tribunal de Contas da União - TCU

Além disso, a partir de 2017 as reuniões do Fórum Estadual Interconselhos passaram a incluir discussões sobre como os conselheiros poderiam contribuir efetivamente para a inclusão de demandas alinhadas às suas pautas no orçamento. Assim, buscou-se fortalecer o papel dos conselheiros como multiplicadores do OP em outros espaços.

Outra estratégia para aproximar o OP da população maranhense

foi a ampliação do número de audiências públicas. Em 2019, foram realizadas **35 audiências**, com base na divisão do estado em 22 regiões de desenvolvimento, elaborada pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc). Algumas regiões mais populosas tiveram múltiplas sessões para garantir o acesso de representantes de todos os municípios, fortalecendo o engajamento e a transparência.

3º Desafio: Manter o OP em tempos de retrocesso no Controle Social e Direitos Humanos

Entre 2019 e 2022, sob o governo de Jair Bolsonaro, houve um enfraquecimento significativo dos mecanismos de controle social no Brasil. O Decreto nº 9.759/2019 extinguiu ou reestruturou centenas de conselhos, dificultando sua atuação. Conferências nacionais foram canceladas, reduzindo as possibilidades de participação popular e monitoramento das políticas públicas.

Diante desse cenário, o Maranhão adotou uma postura de resistência. Em 2019, o Fórum Interconselhos publicou uma Nota Técnica e uma moção de repúdio ao Decreto. Além

disso, fortaleceu sua estrutura com a publicação do regimento interno, a eleição de uma comissão executiva e a realização do 4º Encontro Interconselhos. O estado também promoveu conferências sobre os direitos da Criança e do Adolescente e da Pessoa Idosa, reforçando o papel dos movimentos sociais no processo.

Esse engajamento resultou em um recorde de participação em 2019: mais de **6 mil** pessoas nas audiências públicas de construção do PPA e **63 mil** votos na eleição final de prioridades do OP.



VOCE SABIA...?

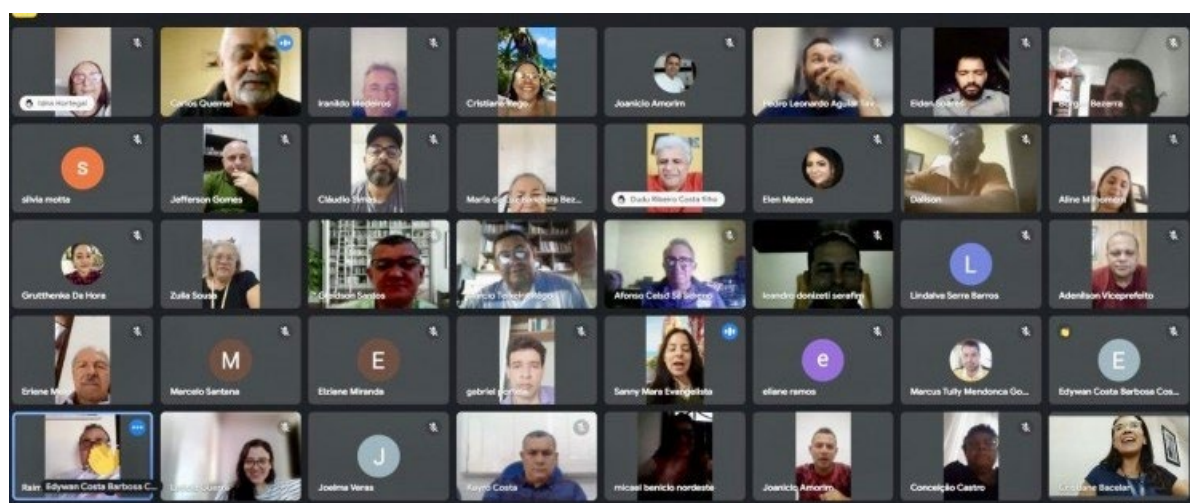
Durante a Pandemia de Covid-19 (2020-2021) fizemos 70 consultas públicas online no Participa MA, garantido o direito à participação da população na elaboração do orçamento público estadual.

4º Desafio: Realizar o OP durante o isolamento social na pandemia de COVID-19

A pandemia de COVID-19, declarada pela OMS em março de 2020, impôs desafios sem precedentes, incluindo a necessidade de distanciamento social rigoroso. No Maranhão, a impossibilidade de realizar eventos presenciais exigiu uma adaptação urgente. Para garantir a continuidade do OP, foi criado um **formato totalmente digital**, capaz de corresponder ao que era apresentado nas audiências.

O projeto foi coordenado pela equipe da **plataforma Participa MA** (SAPP/ Sedihpop), que definiu a estrutura da interface tanto para o ambiente de consulta pública e votação quanto para a página temporária de conteúdo (hotsite), com critérios de acessibilidade e navegação responsiva¹.

Após diversas reuniões virtuais com a Comissão (COP), foram planejados



Para enfrentar a exclusão digital, o governo implementou ações significativas no período, como a instalação de 1.297 pontos de conexão por satélite por meio do Programa Estadual de Incentivo à Inclusão Digital e Tecnológica. Coordenado pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (Secti), com apoio da ATI, o programa ofereceu acesso gratuito e ilimitado à internet em áreas rurais, por meio das Estações Tech.

Com esses avanços, a coordenação do OP (Sedihpop e Seplan) pôde desenvolver, em parceria com a ATI, um sistema personalizado para **35 consultas públicas regionais online**, em substituição às 35 audiências que aconteceram em 2019.

três momentos de conteúdo para cada um dos 35 processos de consulta:

1. Vídeos didáticos, em formato acessível (com janela de LIBRAS e legendas), semelhantes às apresentações feitas nas audiências, abordando as peças orçamentárias, o processo participativo, a situação econômica e social das regiões (diagnóstico) e uma devolutiva sobre obras e serviços resultantes do OP.
2. Votação das propostas contidas no PPA para cada região, definindo as demandas para a LOA do ano seguinte.
3. Pesquisa de Satisfação (questionário de avaliação do processo pelos participantes).

1- A responsividade refere-se à adaptação automática da estrutura de sites ao tamanho da tela e às características do dispositivo em que são visualizados.



Para viabilizar o sucesso desse novo formato, foram realizados mais de **70 encontros virtuais** para capacitar servidores públicos e conselheiros, preparando-os para atuar na mobilização em redes sociais e outros canais digitais. Alguns dos principais marcos desse processo foram:

- Live de Abertura das Consultas Públicas do OP 2020;
- Webinar sobre o Orçamento Participativo com as UREs/Seduc;
- "Dia D" de votação do OP para a Juventude;
- Live sobre o Orçamento Participativo na UEMA/SUL;
- "Dia D" de mobilização para votação das mulheres.

O OP 2020 engajou mais de **33 mil** participantes, com destaque para a utilização de mensagens de SMS para confirmar votos, incentivar o acompanhamento das propostas e convidar para a pesquisa de satisfação.

Em 2021, ainda no auge da pandemia, o uso de assistentes

virtuais no WhatsApp foi incorporado ao processo. Como resultado da parceria com a Secom, **a votação do OP estreou, naquele ano, o atendimento do Governo no WhatsApp**, através do número (98) 9100-6166. Isso demandou:

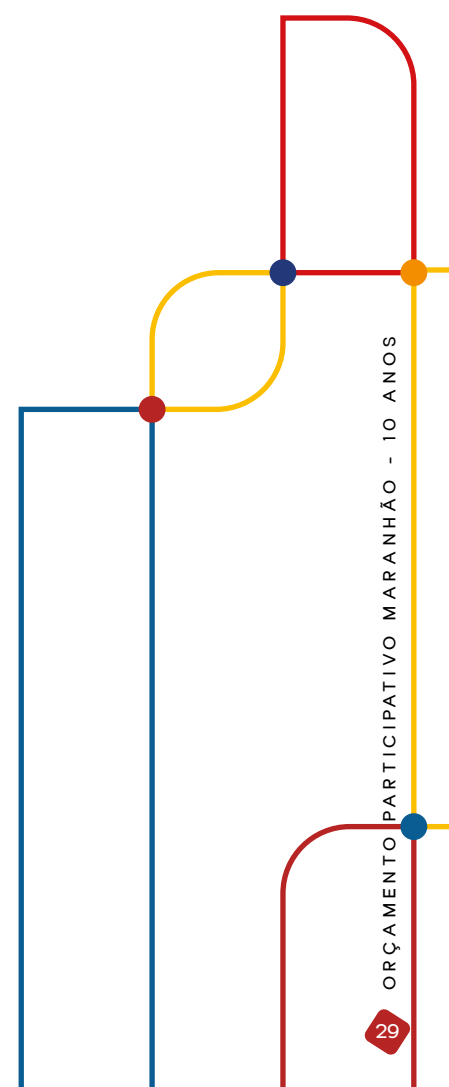
- Integração da base de dados do sistema de votação à plataforma de execução do assistente virtual;
- Desenvolvimento de um fluxo interativo ("árvore de atendimento") para orientar os participantes durante a votação.

Além disso, outra estratégia relevante foi a mobilização da Seduc para engajar os estudantes das escolas públicas estaduais na votação². Destaca-se nesse processo o Webinar "Orçamento Participativo: Educação participa, o Maranhão muda", que envolveu gestores escolares, diretores e demais profissionais da Educação.

A resiliência do OP maranhense garantiu não apenas a continuidade do processo, mas também sua consolidação e reconhecimento.



2 - Em 2020, a Seduc havia distribuído celulares e chips com acesso à internet aos alunos da rede pública, a fim de garantir o acesso à educação remota durante a pandemia de COVID-19.



CONSOLIDAÇÃO: OP INTEGRADO AO MODELO DE GOVERNANÇA ESTADUAL

O início do atual mandato do Governo do Maranhão (2023-2026) marcou um momento importante para consolidar o OP como parte do modelo de governança estadual. Isso significa que o OP foi incorporado, de maneira formal e estruturada, às estratégias globais que orientam a gestão pública.

Um exemplo disso ocorreu em 2023, quando as **audiências do OP**, realizadas para a elaboração do novo PPA, desempenharam um papel significativo **na definição do Plano Maranhão 2050**. Esse plano, iniciado em 2019, foi oficializado em 2024 pela Lei nº 272, que destaca a importância de alinhar ações de longo prazo não apenas aos instrumentos do orçamento público, mas também aos processos participativos que vêm sendo aprimorados nos últimos anos³.



A construção participativa do novo PPA seguiu os eixos estruturantes do Plano Maranhão 2050, garantindo uma **conexão entre as metas de curto e longo prazo**. Para maior representatividade popular, o Plano só foi oficializado em 2024, após a campanha "O Maranhão que queremos", que incentivou os estudantes das escolas estaduais a compartilhar suas expectativas para o futuro do estado.

Assim, além de atingir o maior número de participações da história do OP maranhense, tanto nas audiências como na votação digital⁴, a edição de 2023 trouxe mais solidez ao processo e contribuiu para colocar o protagonismo popular no centro de outros processos governamentais.

Para as audiências públicas de 2023, a coordenação do OP optou por adotar a divisão regional do estado utilizada pela Seplan, que organiza os municípios em **32 Regiões de Planejamento**, conforme a Lei Complementar nº 108/2007 (mapa disponível nos Anexos). Essa decisão conferiu mais coerência ao processo, unindo métodos já consolidados nos estudos da Seplan à necessidade de abrangência da ação.

3 - O Plano Maranhão 2050 é uma estratégia de longo prazo para promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida no estado do Maranhão até o ano de 2050. Coordenado pela Seplan, visa reduzir desigualdades e garantir políticas públicas eficazes tendo a participação dos cidadãos como pilar essencial.

4 - Os anos de 2018 e 2019 registraram o maior número de votações, porém trata-se da soma de votos em cédulas e participações digitais. Em 2023, a votação foi exclusivamente digital.

NÚMEROS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ORÇAMENTO PÚBLICO

Total por atividade, desde a implantação do OP Estadual em 2015

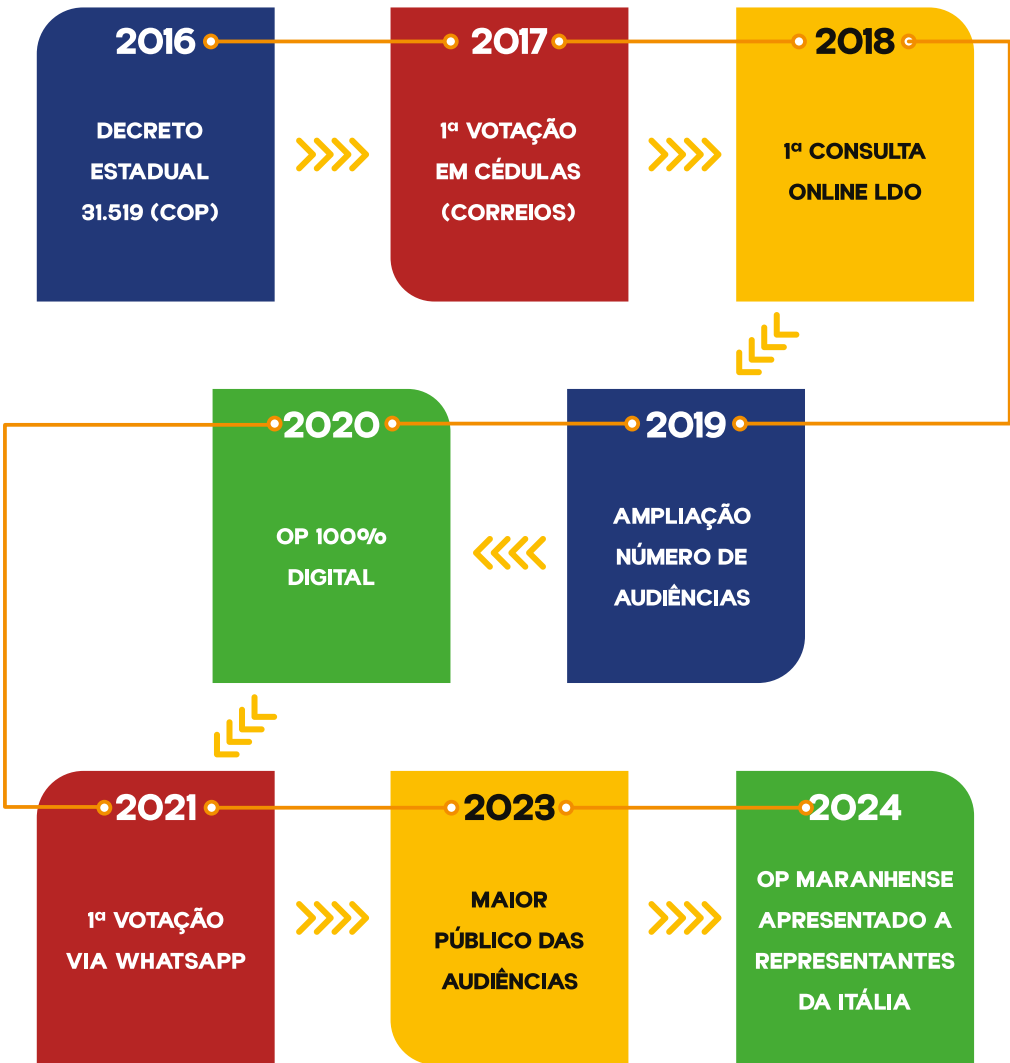
ATIVIDADES	QUANTITATIVO
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	173
CONSULTAS PÚBLICAS ONLINE	70
PARTICIPAÇÕES EVENTOS PRESENCIAIS	29.511
PARTICIPAÇÕES VOTAÇÃO DE PRIORIDADES	204.490

Total de participações anuais nas atividades do Ciclo do OP

Aponte a câmera do seu celular para o Qr Code ao lado e acesse a página de apresentação dos dados do OP ano a ano.



PROGRESSOS E AVANÇOS DO OP NO MARANHÃO - BREVE RESUMO



SABIA QUE...?

As demandas mais frequentes durante os dez anos do OP foram nas seguintes áreas: saúde, educação, infraestrutura, saneamento, agricultura, habitação e regularização fundiária, mobilidade urbana, meio ambiente, políticas públicas para juventude, mulheres e idosos e trabalho e renda

LINHA DO TEMPO

Contexto Mundial e Brasileiro Versus OP no Maranhão

Legendas - **Mundo** **Brasil** **OP-MA**

2015

- Donald Trump candidato a Presidente dos EUA
- Acordo de Paris contra crise climática
- Posse de Dilma Rousseff (2º mandato)
- Manifestações pelo impeachment da presidenta
- Crise econômica
- Elaboração projeto OP
- Capacitação técnicos e lideranças
- 16 audiências (Escutas)
- Votação de prioridades PARTICIPA MA
- Devolutiva (versão final PPA e LOA)
- 26 mil participações

2016

- Eleição de Donald Trump (EUA)
- Crise econômica e política na Venezuela
- Referendo para saída dos britânicos da UE
- Impeachment de Dilma Rousseff/ Michel Temer presidente
- Condução coercitiva de Lula (Lava Jato)
- Decreto Estadual 31.519 (COP)
- 15 Escutas
- Aplicativo votação do OP (celular)
- Devolutiva (andamento das obras)
- Mais de 16 mil participações

2018

- Vladimir Putin reeleito presidente da Rússia;
- Lançada nova moeda venezuelana (Bolívar Soberano)
- Assassinato da vereadora Marielle Franco
- Chegada contínua de imigrantes venezuelanos
- Apagão (subestação de Belo Monte) por mais de 5 horas no Norte/Nordeste
- Greve Nacional dos Caminhoneiros
- Jair Bolsonaro eleito Presidente
- Primeira Consulta online da LDO
- 15 Escutas (com Devolutivas)
- Votação em cédulas e remodelagem do sistema digital para abertura do processo por região ao término de cada Escuta
- Mais de 33 mil participações

2017

- Protestos na Venezuela (fome)
- Protestos Black lives matter (morte Michael Brown)
- Donald Trump empossado presidente (EUA)
- França elege Emmanuel Macron
- Protestos ao governo de direita que assume na Áustria
- Greve geral contra cortes a benefícios sociais
- Aprovada Lei que flexibiliza relações trabalhistas
- Lula é condenado e preso
- Inflação e juros caem, mas 13 milhões estão desempregados
- Realização das 15 Escutas com Devolutivas por região integradas à programação
- Implementação de votação em cédulas (Correios e urnas em eventos) e de melhorias no sistema digital
- Mais de 19 mil participações

2019

- Juan Guaidó se declara presidente interino da Venezuela
- Democratas (EUA) iniciam processo de impeachment contra Trump
- Google, Apple, Facebook e Amazon investigados (abuso de dados e monopólio)
- Posse de Jair Bolsonaro (Presidência)
- Barragem da Vale rompe em Brumadinho-MG (morrem mais de 200 pessoas)
- Criminalização da LGBTfobia aprovada pelo STF
- Lula é libertado após 580 dias de prisão
- Consolidação da consulta LDO Participativa (38 contribuições); 35 audiências
- Melhorias navegação e acessibilidade votação digital/ votação em cédulas
- Quase 70 mil participações (maior número alcançado)

2021

- ONU prevê crise humanitária sem precedentes
- Reino Unido conclui saída da União Europeia
- Tensão nos EUA: Trump incita apoiadores a invadir Capitólio
- Variante Gama SARS-CoV-2 detectada em 04 viajantes após visitar o Amazonas
- Falta de oxigênio em hospitais de Manaus
- Aumento de óbitos por covid-19
- Anúncio da taxa de eficácia da vacina CoronaVac
- Evento de abertura no YouTube (live)
- Hotsite op.participa.ma.gov.br didaticamente estruturado para 35 consultas (textos, vídeos e infográficos)
- Pioneirismo: votação do OP inaugura atendimento do Governo via WhatsApp
- Mais de 9.500 participações

2022

- O presidente russo Putin ordena invasão da Ucrânia
- Falecimento da rainha Elizabeth II/ Charles III proclamado rei
- População mundial chega a 8 bilhões de pessoas
- Queda nos índices de contaminação Covid-19
- Chegada do 5G no país
- Lula eleito presidente pela 3ª vez
- STF declara inconstitucional o Orçamento Secreto
- Cortes do Governo Federal inviabilizam universidades
- Retomada das audiências presenciais (13 macrorregiões)
- Votação de prioridades suspensa (vedação eleitoral)
- 35 ações restantes do PPA compõem projeto da LOA 2023
- Mais de 1.400 participações

2023

- Hamas realiza ataque surpresa em Israel
- Javier Milei (liberal) eleito presidente da Argentina
- 28ª Conferência do Clima da ONU
- Lula toma posse como presidente
- Invasão das sedes dos três poderes (08/01)
- Apagão atinge 25 estados e Distrito Federal
- Etapa regional do PPA Federal no Maranhão
- Evento presencial Consulta pública LDO
- 32 audiências para construção PPA e LOA
- Melhorias na votação via WhatsApp (assistente virtual Juçara)
- Mais de 30 mil participações

2020

- OMS declara pandemia de Covid-19
- Assassinato de George Floyd >> protestos Black Lives Matter
- Joe Biden eleito presidente dos EUA
- Nova variante Coronavírus no Reino Unido
- Confirmado 1º caso do novo Coronavírus
- Dólar a R\$ 5,00 pela primeira vez/ aumento no preço cesta básica
- Vacina de Oxford testada em profissionais de saúde (SP)
- Nota de R\$ 200 com lobo-guará entra em circulação
- Lançamento nos canais digitais do Governo e Rádio Timbira/ Webinar
- OP totalmente digital
- 25 vídeos (apresentações Sedihpop e Seplan/ diagnósticos regionais IMESC)
- 35 processos de consulta pública
- Mais de 10 mil participações

2024

- Suécia finalmente adere à Otan
- Noruega, Irlanda e Espanha reconhecem a Palestina como Estado
- Flávio Dino toma posse como ministro STF
- PF prende suspeitos da morte de Marielle Franco
- Enchentes no RS causam mortes, destruição e prejuízos na economia
- Consulta presencial e online LDO/ 32 audiências públicas
- Consolidada votação via WhatsApp
- Quase 18 mil participações
- OP apresentado a gestores e pesquisadores da Itália
- Maranhão em seminário nacional do ObservaOP

FRUTOS DO OP

Em cada canto do Maranhão, há histórias que nascem da força do diálogo entre o povo e o poder público. Os frutos do OP carregam consigo trajetórias de luta, esperança e o poder transformador da participação popular. Nesta seção, destaca-se um conjunto especial de obras e serviços que materializam sonhos antigos ao atender às reivindicações presentes nas audiências e votações. Com mais de 300 entregas já realizadas pelo OP maranhense, esta publicação não pode abarcar a totalidade das conquistas. Assim, foram escolhidas iniciativas que se destacaram pelo forte engajamento da sociedade civil e por responder a clamores populares que atravessaram gerações. Essas realizações não apenas transformam vidas, mas também simbolizam o impacto de uma gestão que coloca a participação popular no centro das decisões.

Centro de Referência Especializado de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão (Creaispi)



OP de 2015 - O Centro de Referência Especializado de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão (Creaispi) é resultado de uma proposta que foi indicada para

compor o PPA 2016-2019, reflexo de uma demanda do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Maranhão (CEDIMA), do Fórum das Entidades Maranhenses de Defesa e Proteção dos Direitos do Idoso (FEMADI) e da Associação Brasileira de Alzheimer (ABRAZ-MA).

Inaugurado em 27 de março de 2022, em São Luís, o Creaispi representa um marco no cuidado especializado à saúde da pessoa idosa no estado e se destaca por atender condições específicas, como certos tipos de demência, o que o diferencia de outros centros similares existentes no país.

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) no município de São Bento

OP de 2016 - Durante a audiência pública realizada em São Bento, um dos maiores anseios apresentados pelos presentes foi a presença da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) no município. A demanda incluía a implementação de programas e serviços educacionais, além da estruturação física com instalações mobiliadas e equipadas para oferecer cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. Esse sonho coletivo tornou-se realidade com a entrega do Campus São Bento da UEMA,



uma obra concretizada por meio do OP e inaugurada no dia 6 de agosto de 2021, marcando um avanço significativo da Educação na região.

Casa da Mulher Maranhense no município de Caxias



OP de 2020 - Após um intenso processo de escuta ativa e mobilização, o Movimento de Mulheres destacou a necessidade de um equipamento que fortalecesse a rede de proteção às mulheres na região. Em resposta a essa demanda, foi priorizada pela população, na consulta pública de 2020, a criação do Núcleo da

Casa da Mulher Maranhense em Caxias, iniciativa que já havia sido incluída no PPA 2020-2023. O projeto foi concretizado e entregue à população no dia 6 de maio de 2023, representando um marco no fortalecimento das políticas públicas de apoio e proteção às mulheres no estado.



"Foi uma experiência grandiosa mobilizar a comunidade. O município de Caxias por ter se mobilizado e participado foi contemplado com a Casa da Mulher Maranhense, que muito tem contribuído com a política pública de promoção de direitos das mulheres caxienses e da Região dos Cocais. Pra mim foi um grande aprendizado. A sociedade civil precisa cada vez mais se organizar e incentivar aquelas pessoas que ainda não estão tão envolvidas nesses processos, de modo que vejam o quanto é importante participar desses momentos que com certeza mudam a vida da comunidade".

Maria de Jesus Martins de Andrade Silva - ONG Mulheres e Meninas de Caxias - MUC

Econúcleos da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE)



OP de 2019 - Com o compromisso de garantir o acesso à justiça de forma integral e gratuita, a população maranhense priorizou, por meio do OP, a implantação dos Econúcleos da Defensoria Pública do Estado. Essa iniciativa

resultou na instalação de mais de 45 equipamentos públicos em todo o Maranhão, ampliando significativamente a rede de assistência jurídica para as comunidades mais vulneráveis.



"A experiência do orçamento participativo coloca a comunidade e o povo onde sempre deveriam estar, no centro do processo de tomada de decisão. O aprendizado que fica é a centralidade do povo em cada processo e cada parte dele, pois o povo é que de fato conhece suas necessidades e seus problemas urgentes de resolução. Nossa cidade tem estado mais saudável e familiar a cada passo do caminho, a construção de um parque ambiental veio pra trazer um espaço seguro e apropriado para práticas de atividades físicas e de interação familiar."

Elane Barros - Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) / Açailândia-MA



Centro de Referência da Juventude em Pedreiras

OP de 2021 - Localizado no Parque João do Vale, é uma conquista que simboliza o esforço e o compromisso do movimento juvenil em defender os direitos e interesses da juventude local. O centro oferece programas de formação, capacitação profissional e oportunidades para inserção no mercado de trabalho, fortalecendo a preparação dos jovens, promovendo o desenvolvimento econômico e social da região. A obra foi entregue em 4 de setembro de 2021, oferecendo um espaço fundamental para o protagonismo e a inserção ativa dos jovens.



Centro de Hemodiálise em Presidente Dutra

OP de 2020 - Ano em que foi priorizada pela população a construção do Centro de Hemodiálise de Presidente Dutra, equipamento que foi entregue no dia 30 de março de 2022. O Centro já alcançou cerca de 140 mil atendimentos em dois anos de atividade.



Unidade de Tratamento de Queimados (UTQ)

OP de 2022 - A Unidade de Tratamento de Queimados (UTQ) em São Luís nasceu de uma reivindicação articulada pela Associação Maranhense de Apoio a Sobreviventes de Queimaduras (AMASQ) durante a audiência pública do OP de 2022. Inaugurada em maio de 2023, no Hospital da

Ilha, a unidade é equipada com 19 leitos, sendo seis pediátricos e 13 destinados a adultos. Esse equipamento representa um avanço significativo no atendimento especializado a pacientes com queimaduras, fortalecendo a rede de saúde no estado e proporcionando cuidado integral às vítimas.



"Participar do OP foi um aprendizado muito bom para a região dos Parques. Melhorou muito as nossas vidas, antigamente eram muitos buracos, nós da região estávamos quase ilhados e agora melhorou muito, principalmente a Avenida Nossa Senhora da Vitória. Vim morar no Alto do Turu em 1998, na ocasião não tinha nenhum benefício, foi aí que eu em 2004 fui ser presidente da Associação de Moradores do Alto do Turu e tive muitas conquistas."

Dionilson Pereira Mello, "Pereira da Construção" - presidente da Associação de Moradores do Alto do Turu e vereador de São José de Ribamar-MA

Cartão Transporte do Programa Travessia

OP de 2023 - Fruto direto da participação popular no Orçamento Participativo de 2023, o Cartão Travessia foi lançado em 28 de maio de 2025 como resposta à demanda priorizada pela população para ampliação do Programa Travessia. Com caráter pioneiro no Brasil, a iniciativa marca um avanço significativo nas políticas públicas de mobilidade inclusiva no Maranhão. É a primeira ação estadual a integrar transporte por aplicativo,

frota adaptada e planejamento coordenado para atender pessoas com deficiência e mobilidade reduzida cadastradas no programa há pelo menos seis meses - prova concreta de como a escuta popular no OP transforma realidades.



Audiência Pública: é um instrumento de diálogo do poder público com a sociedade civil organizada na busca de soluções para as demandas sociais. É um espaço de conversação aberto para construção de respostas para as questões apresentadas pela população de um município, estado ou país.

Cidadania: é o termo que designa o conjunto de direitos e deveres de um indivíduo. São exemplos de cidadania o direito ao voto livre e a liberdade de expressão. A função da cidadania é contribuir para a participação ativa dos indivíduos na sociedade, e o exercício pleno da cidadania promove a participação das pessoas em diversos setores da comunidade, havendo assim a construção de uma sociedade democrática.

Cidadão: é o indivíduo que possui direitos e deveres em relação a um Estado, ou seja, que tem cidadania. A palavra "cidadão" vem do latim civitas, que significa cidade.

Democracia Participativa: é um modelo onde os cidadãos não tomam as decisões finais, mas têm um papel ativo na criação, discussão ou acompanhamento das políticas públicas. Ele complementa a democracia representativa, oferecendo formas de as pessoas influenciarem as decisões, sem substituir os representantes eleitos.

Despesa: refere-se aos gastos realizados pelo governo para financiar as suas atividades. Ela pode ser: discricionária, obrigatória, primária ou financeira.

Devolutiva: é o retorno ou parecer do poder público, durante ou após a execução das demandas propostas pela população para o orçamento público.

Escuta: no contexto do processo de realização do OP, a "escuta" é utilizada como sinônimo de audiência ou oitiva, reunião onde o poder público ouve as propostas, demandas ou necessidades da população e as utiliza como subsídio para a construção do orçamento público.

Fórum Interconselhos: espaço de diálogo e troca de experiências entre os Conselhos, criado para fortalecer suas ações e promover a construção de pautas conjuntas.

Metodologia: refere-se à aplicação de métodos, técnicas e processos sistemáticos para conduzir uma pesquisa, gerenciar um projeto ou resolver um problema. É o meio utilizado para se alcançar determinado objetivo, seguindo para isso critérios e regras pré-estabelecidas.

Planejamento: consiste em uma importante tarefa de gestão e administração, que está relacionada com a preparação, organização e estruturação de um determinado objetivo. Ele ajuda a estabelecer metas claras e específicas, fornecendo um propósito e uma direção para as atividades.

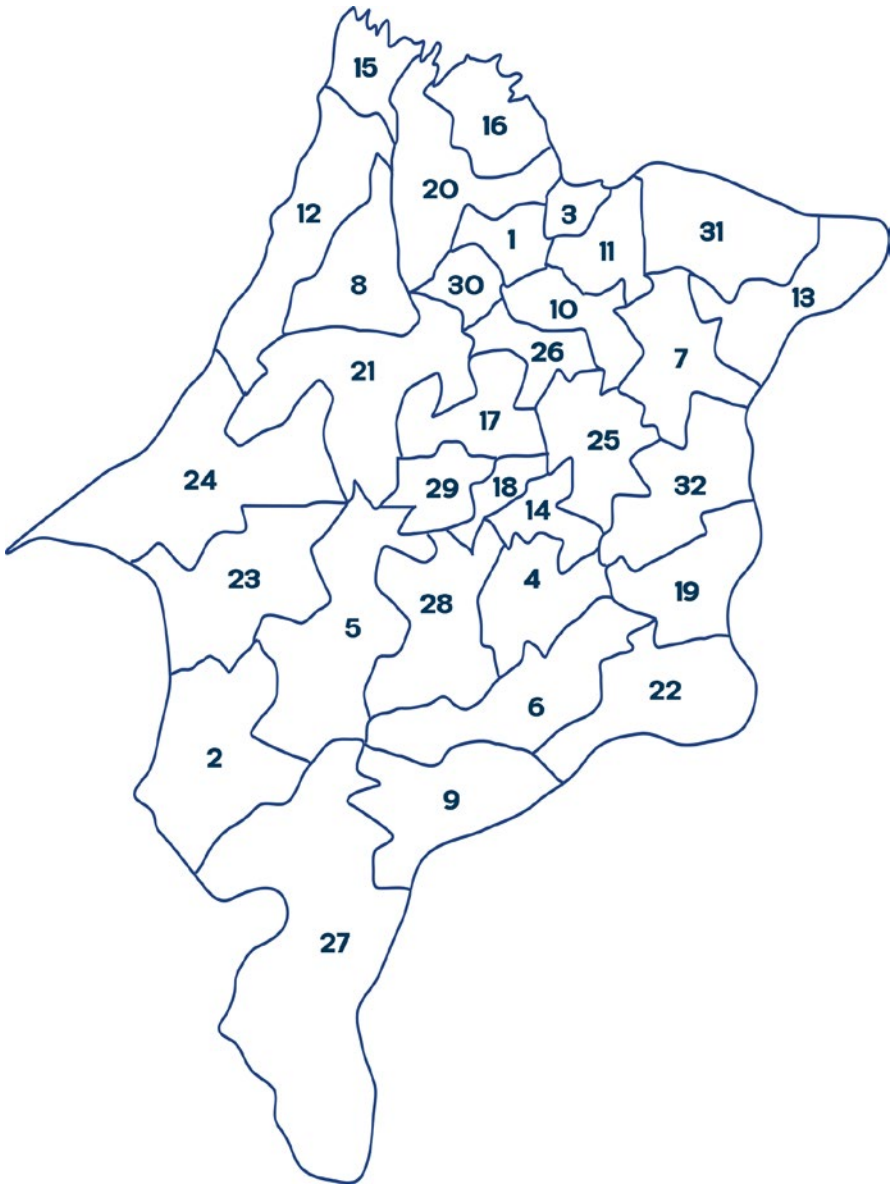
Plataforma Digital: é um sistema online que facilita as interações, transações e compartilhamento de informações entre usuários de serviços prestados pelo poder público ou por empresas privadas.

Poder público: é o conjunto dos órgãos com autoridade para realizar as ações que são de responsabilidade do Estado, que é constituído pelo poder Legislativo, Executivo e Judiciário.

Receita: são as informações sobre o dinheiro que o governo dispõe para manter sua estrutura e oferecer bens e serviços à sociedade, como hospitais, escolas, iluminação e saneamento.

Sociedade Civil: é um agrupamento ou conjunto de sujeitos que, assumindo o seu papel de cidadãos, desenvolvem certas ações para incidir no âmbito público. A sociedade civil, neste sentido, pode atuar na política sem fazer parte do governo ou mesmo sem pertencer a um partido político ou a outro tipo de organização.

Software livre: programa de computador distribuído sob uma licença que garante ao usuário quatro liberdades fundamentais: (1) usar o software para qualquer finalidade; (2) acessar e estudar seu código-fonte para compreender como ele funciona; (3) modificá-lo para atender às suas necessidades; e (4) redistribuir cópias, sejam elas originais ou modificadas. Essas características promovem a transparência, a colaboração e a autonomia tecnológica.



ITEM	REGIÃO DE PLANEJAMENTO	MUNICÍPIOS
1	Baixada Maranhense	Bacurituba, Cajapió, Palmeirândia, São Bento, São João Batista, São Vicente Férrer
2	Chapada das Mesas	São Pedro dos Crentes, São João do Paraíso, Porto Franco, Campestre do Maranhão, Carolina, Estreito, Feira Nova do Maranhão, Lajeado Novo
3	Iha do Maranhão	Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar, São Luís
4	Pré-Amazônia	Governador Eugênio Barros, Governador Luiz Rocha, Tuntum, Graça Aranha, Presidente Dutra, Santa Filomena do Maranhão, São Domingos do Maranhão, Senador Alexandre Costa
5	Serras	Arame, Sítio Novo, Formosa da Serra Negra, Grajaú, Itaipava do Grajaú
6	Alpercatas	Buriti Bravo, Colinas, Fortuna, Jatobá, Mirador, Sucupira do Norte
7	Alto Munim	Urbano Santos, Afonso Cunha, São Benedito do Rio Preto, Anapurus, Bêlagua, Buriti, Chapadinha, Mata Roma
8	Alto Turi	Zé Doca, Araguaçu, Governador Newton Belo, Nova Olinda do Maranhão, Santa Luzia do Paruá, Presidente Médici
9	Baixo Balsas	Benedito Leite, Loreto, Sambaíba, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São Raimundo das Mangabeiras
10	Baixo Itapecuru	Anajatuba, Itapecuru-Mirim, Nina Rodrigues, Presidente Vargas, Vargem Grande, Santa Rita
11	Baixo Munim	Aixidá, Bacabeira, Rosário, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino
12	Baixo Turi	Boa Vista do Gurupi, Centro do Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Governador Nunes Freire, Junco do Maranhão, Maracaçumé, Maranhãozinho
13	Delta do Parnaíba	Água Doce do Maranhão, Araióses, Brejo, Magalhães de Almeida, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, São Bernardo
14	Flores	Capinzal do Norte, Dom Pedro, Gonçalves Dias, Governador Archer, Joselândia, Santo Antônio dos Lopes, São José dos Basílios
15	Gurupi	Amapá do Maranhão, Cândido Mendes, Carutapera, Godofredo Viana, Luís Domingues
16	Litoral Ocidental	Apicum-Açu, Bacuri, Cedrol, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão, Serrano do Maranhão
17	Mearim	Altamira do Maranhão, Bacabal, Bom Lugar, Brejo de Areia, Conceição do Lago Açu, Lago Verde, Olho D'água das Cunhás, São Luís Gonzaga do Maranhão, Vitorino Freire
18	Médio Mearim	Trizidela do Vale, Bernardo do Mearim, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lima Campos, Pedreiras, Poção de Pedras, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto
19	Médio Parnaíba	Matões, Parnarama, Timon
20	Pericumã	Turilândia, Alcântara, Bequimão, Peri-Mirim, Pedro do Rosário, Presidente Sarney, Santa Helena, Turiaçu, Turilândia
21	Pindaré	Tufilândia, Alto Alegre do Pindaré, Bela Vista do Maranhão, Bom Jardim, Igarapé do Meio, Monção, Pindaré Mirim, Pio XII, Santa Inês, Santa Luzia, Satubinha, São João do Carú
22	Sertão Maranhense	Barão de Grajaú, Lagoa do Mato, Nova Iorque, Paraibano, Passagem Franca, Pastos Bons, São Francisco do Maranhão, São João dos Patos, Sucupira do Riachão
23	Tocantins	Amarante do Maranhão, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Imperatriz, João Lisboa, Montes Altos, Ribamar Fiquene, Senador La Rocque
24	Carajás	Açailândia, Vila Nova dos Martírios, Bom Jesus das Selvas, São Pedro da Água Branca, Buriticupu, São Francisco do Brejão, Itinga do Maranhão, Cidelândia
25	Cocais	Alto Alegre do Maranhão, Codó, Coroatá, Peritoró, Timbiras
26	Eixos Rodoferroviários	Arari, Vitória do Mearim, Cantanhede, São Mateus do Maranhão, Pirapemas, Miranda do Norte, Matões do Norte
27	Gerais de Balsas	Alto Parnaíba, Balsas, Fortaleza dos Nogueiras, Nova Colinas, Riachão, Tasso Fragoso
28	Guajaras	Barra do Corda, Fernando Falcão, Jenipapo dos Vieiras
29	Imigrantes	Paulo Ramos, Marajá do Sena, Lagoa Grande do Maranhão, Lago dos Rodrigues, Lago do Junco, Lago da Pedra
30	Lagos	Cajari, Viana, Penalva, Olinda Nova do Maranhão, Matinha
31	Lençóis Maranhenses	Tutóia, Santo Amaro do Maranhão, Primeira Cruz, Paulino Neves, Humberto de Campos, Barreirinhas
32	Timbiras	Aldeias Altas, Caxias, Coelho Neto, Duque Bacelar, São João do Soter

2 - DECRETO DA COMISSÃO PERMANENTE DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

DECRETO Nº 31.519, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

Cria a Comissão Permanente do Orçamento Participativo (COP).

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO** no uso de suas atribuições legais, **DECRETA**:

Art. 1º Fica criada a Comissão Permanente do Orçamento Participativo (COP) para garantir a intersectorialidade das propostas populares para o orçamento do Estado do Maranhão, formada por membros dos seguintes órgãos:

I - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP);

II - Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN);

III - Secretaria de Estado da Saúde (SES);

IV - Secretaria de Estado da Educação (SEDUC);

V - Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA);

VI - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES).

§ 1º Cada órgão deverá indicar um titular e um suplente.

§ 2º Os membros indicados pelos órgãos deverão ser técnicos com conhecimento e experiência em planejamento e orçamento.

§ 3º A Secretaria de Planejamento e Orçamento subsidiará a Comissão com as informações do Plano Plurianual (PPA), com o fim de atualizar, anualmente, o Orçamento Participativo (OP).

§ 4º Os demais órgãos, que não compõem a Comissão, poderão ser convocados a participarem de reuniões, conforme as demandas específicas de atuação e orçamento de cada um desses órgãos.

Art. 2º A Comissão referida no artigo anterior possui a função de garantir processos de consolidação das propostas definidas pela população para o orçamento participativo, integrando as competências dos diversos órgãos.

Parágrafo único. O caráter da Comissão é permanente, de consulta, monitoramento e avaliação.

Art. 3º Caberá à SEDIHPOP coordenar as atividades da Comissão Permanente do Orçamento Participativo.

Art. 4º São atribuições da Comissão Permanente do Orçamento Participativo:

I - participar do processo de consultas populares nas regiões definidas

para apresentação de demandas e monitoramento do orçamento participativo;

II - identificar e disponibilizar informações dos programas e projetos de ação continuada existentes em seu órgão, que complementem e garantem a sustentabilidade das propostas priorizadas nas consultas populares;

III - contribuir para a sistematização das demandas territoriais de orçamento participativo;

IV - monitorar a adequação da demanda territorial priorizada no orçamento do órgão afim;

V - fomentar criação de ação voltada para a participação popular na construção orçamentária dos órgãos estaduais;

VI - acompanhar a execução das demandas populares orçadas e disponibilizar informações à plataforma digital;

VII - planejar cursos e seminários de formação em participação popular, intersectorialidade e democratização dos recursos públicos;

VIII - disponibilizar anualmente relatório da execução das prioridades definidas pela população, a fim de subsidiar a devolução presencial;

IX - contribuir com a elaboração da metodologia das avaliações participativas do PPA e novas prioridades anuais do orçamento participativo.

Art. 5º A Comissão Permanente do Orçamento Participativo reunir-se-á, bimestralmente, de forma ordinária, para planejar e monitorar as ações, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, conforme necessidade, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data e hora designadas para a reunião.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 29 DE FEVEREIRO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA

Secretário-Chefe da Casa Civil

FRANCISCO GONÇALVES DA CONCEIÇÃO

Secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

3 - IDENTIDADE VISUAL E EXEMPLOS DE MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO DO OP

Infomativos



2015



2016



2017



2018



2019



2020



2021



2022



2023

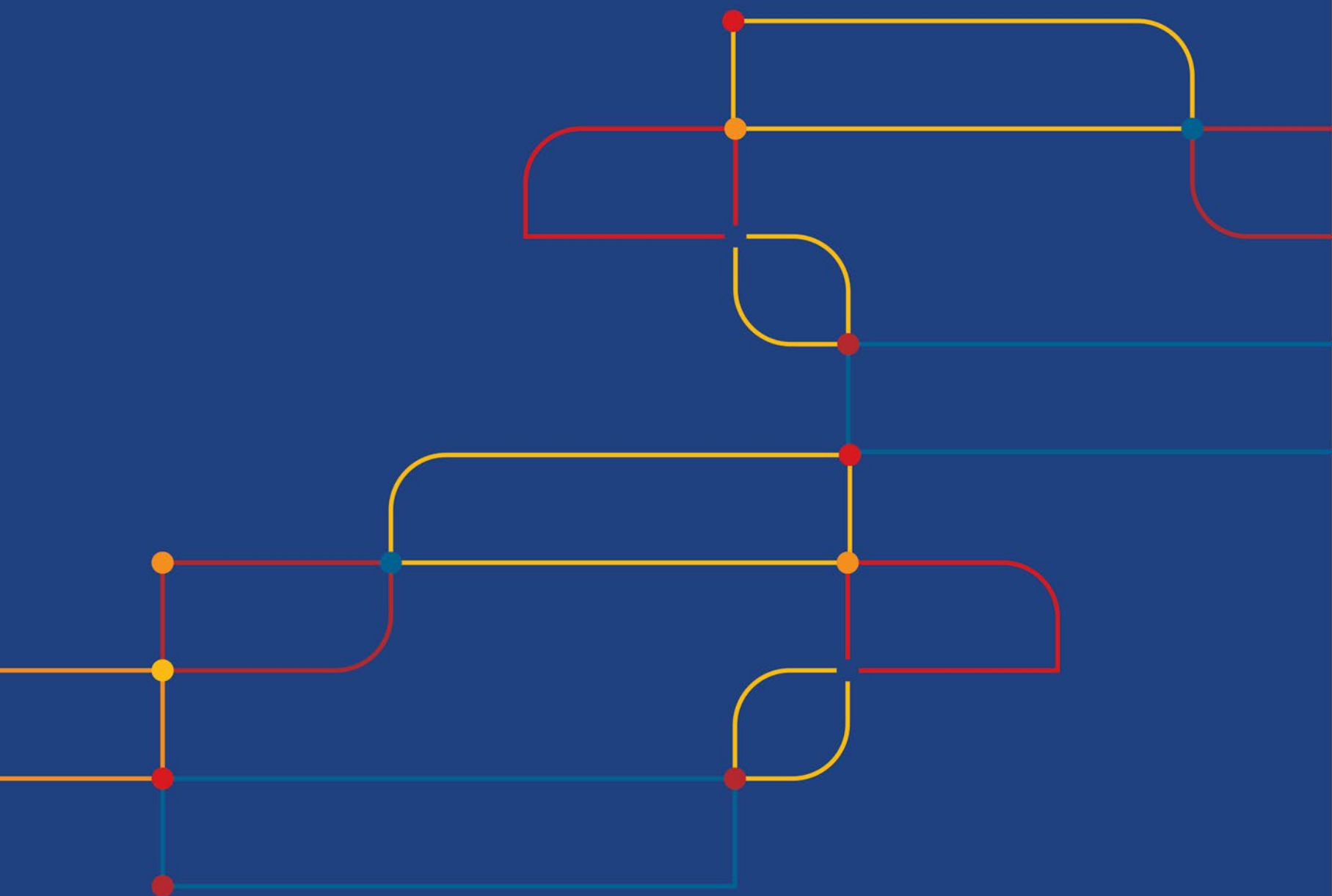


2024



REFERÊNCIAS ONLINE:

- A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas?** SciELO Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/4xS4YRF3bXT8BNtxVcGQrZk/>. Acesso em: 04 nov. 2024, às 18h40.
- A dimensão internacional do Orçamento Participativo: uma análise da interação entre elites e instituições no processo de difusão.** Osmany Porto de Oliveira. Disponível em: <https://sdpscp.fflch.usp.br/sites/sdpscp.fflch.usp.br/files/inline-files/77-238-1-PB.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2024, às 18h40.
- Audiência pública. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).** Disponível em: (<https://www.cnmp.mp.br/portal/videoteca/temas/atividade-fim/audiencia-publica>). Acesso em: 08 out. 2024, às 16h11.
- Ciclo orçamentário: conheça as etapas da elaboração do orçamento federal.** Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/866636-conheca-o-ciclo-orcamentario-federal/>. Acesso em: 08 out. 2024, às 16h45.
- Controle Social. Controladoria-Geral da União (CGU).** Disponível em: (<https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/controle-social/arquivos/controlesocial.pdf>). Acesso em: 30 set. 2024, às 17h06.
- Jackson inicia governo participativo.** Disponível em: <https://pdt.org.br/index.php/jackson-inicia-governo-participativo/>. Acesso em: 12 nov. 2024, às 11h22
- Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.** Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 09 out. 2024, às 14h29.
- Movimentos Sociais.** Politize. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimentos-sociais/>. Acesso em: 01 out. 2024, às 17h06.
- Orçamento Público: conceitos básicos – Módulo (1).** Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2170/1/Or%C3%A7amento%20P%C3%BAblico%20Conceitos%20B%C3%A1sicos%20-%20M%C3%B3dulo%20%281%29.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024, às 17h52.
- Orçamento Participativo.** ONU News. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2007/12/1248451>. Acesso em: 04 nov. 2024, às 18h40.
- Orçamento Participativo: 20 anos.** Publicação Especial. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: https://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smgl/usu_doc/lrevistaop20anos.pdf. Acesso em: 24 nov. 2024.
- Participação Social.** Governo Federal. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: (<https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social#:~:text=O%20processo%20de%20consulta%20p%C3%BAblica,pela%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%20de%201988>). Acesso em: 08 out. 2024, às 16h12.
- LIVROS, CAPÍTULOS DE LIVROS, ARTIGOS:**
- BONAVIDES, Paulo. **Teoria constitucional da democracia participativa: por um direito constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade.** 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- CARVALHO, Raquel de Mattos Vieira. **Audiências Públicas: um instrumento de Participação Democrática.** São Paulo: Editora Saraiva, 2007.
- CRUZ NETO, Nilo. **Orçamento participativo: o processo de implementação em São Luís.** São Luís, 2009.
- DIAS, Nelson; ENRÍQUEZ, Sahsil; JÚLIO, Simone (Org.). **Atlas Mundial dos Orçamentos Participativos.** Portugal: Epopeia e Oficina, 2020.
- DIAS, Nelson; ENRÍQUEZ, Sahsil; CARDITA, Rafaela; JÚLIO, Simone; SERRANO, Tatiane (Org.). **Atlas Mundial dos Orçamentos Participativos 2020 - 2021.** Portugal: Epopeia e Oficina, 2021.
- GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013.** Petrópolis - RJ: Vozes, 2019.
- GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013.** Petrópolis - RJ: Vozes, 2019.
- JOMALINIS, Emilia; MOREIRA, Sarah; ALMEIDA, Marcelo; BIAZOTI, André. **Caderno 3: Orçamento público e sua relação com as políticas públicas.** Coordenação: Flávia Londres, Viviane Brochardt. Ilustração: Heloisa Bio. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2021. (Coleção agroecologia e políticas públicas: subsídios para a incidência nos municípios;
- LIMA, Kátia Cacilda Pereira; PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira (Orgs.). **Orçamento participativo: múltiplos olhares.** 1. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014.
- SILVA, Andréa de Paula, e MENDES, Gustavo Vieira. **Audiências Públicas como Instrumento de Democratização da Gestão Pública.** Revista de Direito Público, v. 15, n. 2, 2015.
- STRECK, Danilo Romeu; ADAMS, Telmo. **Lugares da participação e formação da cidadania.** Civitas-Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 95-117, jan./jun. 2006.
- WAMPLER, Brian. **A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas?** Opinião Pública, Campinas, v. 14, n. 1, p. 65-95, jun. 2008. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil.



GOVERNO DO
MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

SEDIHPOP
SEPLAN



participa.ma.gov.br
participama@participa.ma.gov.br

@direitoshumanosma @seplanma